



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGedu

Curso de Mestrado Acadêmico

Guilherme Cardoso da Silveira

**Trajetórias ambientalistas como espaço de formação na Educação
Ambiental Crítica**

Rio de Janeiro

Junho de 2014

Guilherme Cardoso da Silveira

**Trajetórias ambientalistas como espaço de formação na Educação
Ambiental Crítica**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação, Cultura e Linguagens.

Orientador: Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira

Rio de Janeiro

Junho de 2014

Silveira, Guilherme Cardoso da.
S587 Trajetórias ambientalistas como espaço de formação na educação ambiental crítica / Guilherme Cardoso da Silveira, 2014.
109 f. ; 30 cm

Orientador: Celso Sánchez Pereira.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

1. Educação ambiental. 2. Ambientalismo. 3. Educação não-formal.
I. Pereira, Celso Sánchez. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Mestrado em Educação.
III. Título.

Guilherme Cardoso da Silveira

**Trajetórias ambientalistas como espaço de formação na Educação
Ambiental Crítica**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado pela Banca Examinadora.

Rio de Janeiro, ____/____/____ .

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Celso Sánchez Pereira – Orientador
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof^ª. Dr.^a. – Cláudia Miranda
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO

Prof.^a Dr.^a – Helena Maria Marques Araújo
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Rio de Janeiro
Junho de 2014

Agradecimentos

À minha mãe Angela, meu pai Joaquim e minha irmã Mirna, você são incríveis, obrigado por tudo.

Não posso deixar de agradecer ao grande amigo e orientador deste trabalho, Celso Sánchez e a todos os companheiros do GEASUR. Não existe grupo de pesquisa melhor, vocês são fantásticos e proporcionam sempre ótimos momentos de estudos e gargalhadas!

Agradeço também aos professores e colegas estudantes que mostraram entusiasmo por esta pesquisa e de alguma forma colaboraram para sua realização. Dan Parker, sua ajuda de última hora foi fundamental! Obrigado por ser tão prestativo. Espero poder retribuir algum dia.

Um agradecimento especial a todos que lutam contra a opressão e buscam tornar o mundo onde vivemos um lugar melhor, incluindo os entrevistados desse trabalho e todos os colegas de militância.

Para finalizar, um muito obrigado cheio de carinho aos meus amigos e alunos! Vocês me tornam uma pessoa melhor e mais feliz.

SILVEIRA, Guilherme. *Trajetórias ambientalistas como espaço de formação na Educação Ambiental Crítica*. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

RESUMO

Utilizando-se da teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu e autores que discutem o campo ambiental, esta dissertação analisa a trajetória de militantes ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro engajados em lutas de defesa ambiental, procurando compreender as mudanças, no que diz respeito às alterações de *habitus* e acumulação de capitais, que sofrem em decorrência de sua inserção no movimento ambientalista. Esta discussão situa-se no campo da Educação Ambiental Crítica através da premissa de que outras instâncias sociais, além da escola, também cumprem o papel de formação. Através da História Oral foram entrevistados quatro militantes do movimento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro, todos com pelo menos dez anos de militância e com uma atual condição de *porta-voz* do grupo que representam. Ao final do trabalho fica evidente o potencial educativo da prática militante, tanto no que diz respeito ao seu aspecto formador quanto formativo. Também fica claro que a posição de porta-voz que um indivíduo ocupa dentro de um grupo funciona como uma espécie de catalisador do processo educativo. Assim podemos compreender a militância no campo ambientalista como um processo pertencente à Educação Ambiental Crítica em uma perspectiva de educação não-formal.

Palavras Chave: Educação Ambiental Crítica; Trajetória de vida; Militância, Movimento Ambientalista; Educação não-formal.

ABSTRACT

Using the theory of French sociologist Pierre Bourdieu and authors that discuss environmental issues, this thesis analyzes the journey of environmental activists in the state of Rio de Janeiro involved in environmentalist struggles, finding how to understand the changes they experience in respect to the alterations of *habitus* and accumulation of *capitals* that occur in virtue of the activists' insertion in the environmental movement. This discussion situates itself in the field of Critical Environmental Education through the premise that social situations, beyond formal schooling, also play an important role in learning. As a form of oral history, four environmental activists from the state of Rio de Janeiro were interviewed; they each have at least ten years of experience and are the official spokespeople for the groups that they represent. The results of this research clearly indicate the educational potential of learning and teaching in activist practice. The position of the spokesperson within a group is also shown to be a type of catalyst in the educational process. In this way, we can understand environmental activism as a process that is pertinent to Critical Environmental Education as a form of non-formal education.

Keywords: Critical Environmental Education; Way of life; Militancy; Environmental Movement; Non-formal Education.

Sumário

Introdução	4
Capítulo I – Percebendo o mundo em suas entrelinhas: A teoria de Pierre Bourdieu	18
1.1 Breve apresentação biográfica.....	18
1.2 Teoria.....	20
1.2.1 <i>Habitus</i> : Pela superação da contradição Subjetivismo x Objetivismo.....	21
1.2.2 Campo.....	24
1.2.3 As formas de poder: os diferentes tipos de capitais.....	26
Capítulo II – Descrição do Campo Ambiental.....	36
2.1 As matrizes do movimento ambientalista.....	36
2.2 Considerações sobre as relações entre a Educação Ambiental e o Campo Ambiental.....	47
2.3 Relações entre os indivíduos e o Campo Ambiental.....	52
Capítulo III – (Re)Conhecendo as trajetórias dos militantes ambientalistas do Estado do RJ	56
3.1 Subsídios preliminares.....	56
3.2 - 1ª Militante entrevistada – “Cresci achando que comunista comia criancinha”.....	58
3.3 - 2º Militante entrevistado “Hoje eu me considero um PhD em Pó de Broca”.....	64
3.4 – 3º Militante entrevistado “Porque o pescador artesanal é o medidor biológico da Baía de Guanabara”.....	75
3.5 – 4ª Militante entrevistada “O que é a academia se ela não estiver lá no campo exercitando aquilo que ela prega e o que ela estuda?”.....	84
Considerações Finais.....	100
Referências Bibliográficas	107

“Quando a ordem é injusta, a desordem é já uma questão de justiça”

Romain Rolland

1.Introdução

Esta pesquisa tem em sua essência o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos que se apresentem como contraponto ao modo de produção capitalista. Partindo fundamentalmente da compreensão do sistema vigente como estruturante de ampla parte das mazelas que nos assolam, faz-se necessário corroborar com os que também partilham dessa premissa e pautam suas vidas, em diferentes instâncias, na realização de ações contra-hegemônicas. Dentre as variadas maneiras que dispomos para oferecer resistência, esta se propõe, no âmbito acadêmico, a fornecer contribuições teóricas que auxiliem na caminhada em busca de sua superação.

Compreendendo que é através do embate político que nos damos conta de nossa condição de classe, e que esse é um passo essencial para nos constituirmos enquanto indivíduo, os esforços deste trabalho repousam na busca por entender como ocorrem as transformações em sujeitos que estão inseridos em contextos de lutas políticas, especificamente os conflitos ambientais.

A escolha da temática não foi feita ao acaso apenas para cumprir as obrigações necessárias em busca de uma titulação ou seguindo a tendência do aumento de números de pesquisa na área da Educação Ambiental. Ela está vinculada diretamente à minha trajetória pessoal.

Sou ex-aluno do Colégio Pedro II¹. Lá, por volta dos doze anos de idade, aprendi a conviver em universo plural, me relacionando com pessoas de diferentes classes sociais, raças e crenças. Existia, por parte dos discentes, um ambiente politizado na escola, não apenas no que diz respeito às relações

¹ Instituição de ensino fundada em 1837 por Dom Pedro II, com o intuito de formar as elites dirigentes do país.

internas do ambiente escolar, mas também em assuntos externos, como a luta pela gratuidade do transporte público.

A participação desde muito novo nesse espaço plural permeado pelas discussões/ações políticas me propiciaram um amadurecimento que talvez não tivesse em outro tipo de instituição de ensino. Como desdobramento da passagem pelo Colégio Pedro II, optei por fazer o curso de Pedagogia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, com o intuito de compreender as relações sociais a partir da discussão educacional.

Na universidade tive a oportunidade de participar do Centro Acadêmico Paulo Freire (organização representativa dos alunos do curso de Pedagogia), o que considero ter sido uma experiência tão importante para minha formação quanto as disciplinas obrigatórias da grade curricular da Faculdade de Educação. Foram muitas reuniões, participações em encontros com estudantes de todo Brasil, discussões extremamente politizadas, ocupação de reitoria e muitos outros momentos na minha formação. Sem dúvidas posso afirmar que conviver com esses companheiros (sobretudo os marxistas e anarquistas) foi muito mais prazeroso e didático que muitos dos meus momentos na graduação.

Esta trajetória ligada às instituições e pessoas que me proporcionaram a vivência política até então sem ligação com os movimentos ambientais muda em 2009, quando tive contato com uma mídia na internet que mostrava ativistas de diversas partes do mundo, a bordo de um navio negro com uma bandeira pirata, em um confronto violento no Oceano Ártico contra uma frota de navios japoneses que caçavam baleias. Achei incrível a forma como aquelas pessoas lutavam por um ideal sob condições adversas, em águas internacionais (que não possuem uma legislação específica). Considerei aquilo uma medida de fato contra-hegemônica com efeitos reais e imediatos. Tinha encontrado a forma de ativismo que eu gostaria de praticar – o mais radical possível. A partir disso procurei me interar sobre o assunto e descobri que o navio negro que me despertou tanta admiração se chamava Steve Irwin, sendo de propriedade da organização não governamental Sea Shepherd. A instituição em questão foi fundada por Paul Watson em 1977 a partir de uma dissidência

com os membros do Greenpeace². Watson acreditava que o Greenpeace havia se tornado uma organização burocrática, deixando de lado os confrontos que julgava ser necessários para proteger verdadeiramente a biodiversidade. Com o crescente interesse em saber mais sobre a ONG, descobri que existiam várias células espalhadas pelo mundo, inclusive no Rio de Janeiro. Fiz contato com os membros e minha primeira participação foi em uma manifestação (de caráter pacífico) no consulado do Japão, situado no Rio de Janeiro. A partir desse fato comecei a conhecer melhor as propostas da Sea Shepherd e seus voluntários, pessoas de diferentes carreiras profissionais, mas com duas coisas em comum: todos de classe média e com uma visão conservacionista acerca do meio ambiente – o que não deixava de ser legítimo, pois essa era a bandeira da ONG. Sem que me desse conta, estar imerso nas diversas causas defendidas pela instituição me propiciaram uma série de conhecimentos sobre biologia marinha, questões náuticas, acordos internacionais de caça, legislação nacional e internacional, entre outras coisas que nunca pensei em conhecer. Além disso, fiz uma ampla rede de relacionamentos com profissionais de diferentes áreas, estudantes e pessoas ligadas a causas ambientais.

Minha participação na organização durou cerca de seis meses, quando, na universidade, tive contato com a chamada Educação Ambiental Crítica, percebendo que minha conduta mediante as questões ambientais deveria se dar de outra forma. Minha primeira relação com a educação ambiental crítica foi através do livro *Identidades da Educação Ambiental Brasileira* (2004), que traz alguns dos grandes expoentes das discussões em educação ambiental no Brasil. Lembro-me de ler extasiado aquelas páginas que davam forma e conteúdo a diversas coisas que pensava, mas não tinha a capacidade de organizar de maneira tão consistente como aqueles autores haviam feito. De fato, minha primeira leitura ligada à educação ambiental foi decorrente do livro *Alfabetização Ecológica – A educação das crianças para um mundo sustentável*, do físico austríaco Fritjof Capra. Uma leitura interessante, sobretudo no que tange a ideia das redes/teias, mas que não encheu meus olhos como fizeram os autores José Quintas, Gustavo Lima, Carlos Frederico

² Instituição ambientalista não governamental que tem seu início em 1971 quando um grupo de ativistas tenta impedir o governo americano de fazer testes nucleares na costa ocidental do Alasca.

Bernardo Loureiro, entre outros, no livro citado anteriormente. Faltava nesse autor a postura contra-hegemônica da qual sempre fui defensor.

Com o passar dos anos, no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e logo em seguida no seu Programa de Pós-Graduação em Educação, fui lapidando minha visão de mundo e atuação política a partir de autores de esquerda que se dedicaram a desvelar as condições de opressão a que somos submetidos. Essa jornada transcorreu junto às discussões sobre Educação Ambiental e movimento ambientalista, temas que me debrucei nos anos finais da graduação.

Em 2012, ano que ingressei no mestrado, tive a oportunidade de conhecer, por acaso, um militante ambientalista extremamente atuante e reconhecido no Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, um almoço informal, em um curto período de tempo contou-me sua trajetória como militante. Achei extremamente interessante, não só sua história de vida, mas a maneira como contou, as coisas que considerava de maior relevância e a possibilidade de perceber como falar disso era uma questão de orgulho. Isso tudo me fez lembrar como a militância no campo ambiental foi significativa pra mim e, a partir de então, resolvi repensar a pesquisa que até o momento baseava-se no ensino de ciências.

Outro fator que de certa forma é uma inspiração para este trabalho foram as revoltas que desabrocharam de maneira “desorganizada” em junho de 2013 por todo o Brasil. O gatilho para as manifestações foi o aumento da passagem do transporte público e, a partir deste momento, as manifestações (que já existiam, através do Movimento Passe-Livre³ em São Paulo, por exemplo) ganharam força principalmente pela velocidade organizacional propiciada pela internet através das redes sociais e a mídia alternativa. A insatisfação latente por grande parte da sociedade em relação a uma série de serviços públicos, mas que ainda não havia emergido na forma de protestos, também teve seu estopim. Essa demanda das reivindicações se uniu a outras, como as questões relativas à Copa do Mundo e Olimpíadas (no caso de Rio de

³ Movimento fundado em uma plenária do Fórum Mundial Social (2005) que defende a tarifa zero para o transporte coletivo público.

Janeiro, amplamente discutidas pelo Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas⁴, que possuem como pauta a privatização do Estádio Maracanã, remoção dos índios da Aldeia Maracanã, emoções irregulares e etc.), investimentos na saúde e educação, reforma política, democratização da mídia, entre outras. A repressão do Estado Burguês fica muito evidente na forma como utiliza o aparato policial para reprimir os manifestantes com extrema violência. Essa repressão acaba fazendo com que esses movimentos busquem formas mais elaboradas de organização, como, por exemplo, a participação de advogados ativistas nas manifestações para respaldar juridicamente os manifestantes presos ou fazer uma espécie de fiscalização do excesso de violência por parte da polícia.

A pretensão neste momento não é fazer uma análise de conjuntura sobre esses acontecimentos pensando as possibilidades de transformação no que tange às reivindicações, muito pelo contrário. A intenção, através do ponto de vista de quem participou ativamente das manifestações, é refletir acerca das mudanças individuais e coletivas decorrentes desse ambiente de luta política. Muitas pessoas que convivem comigo desde a infância e nunca haviam assumido uma postura participativa frente aos problemas sociais passaram a estar atentos/abertos às discussões e participações de cunho político. Acredito que isso está relacionado a uma série de fatores, como grande circulação de informações na mídia e nas redes sociais, a possibilidade de assumir uma postura subversiva indo às ruas e confrontando a polícia, ganhar certo prestígio por fazer parte do momento e etc.

O intuito ao expor este relato não é pensar sobre as transformações individuais duráveis, mas apenas refletir sobre como as condições as quais estamos submetidos podem ser percebidas como fatores que influenciam nossa conduta.

⁴ Desde o Fórum Social Urbano, um conjunto de organizações e lideranças populares vem discutindo estratégias para enfrentar o modelo excludente de política urbana implementada no Rio de Janeiro, motivada pela construção de imagem de cidade global para os chamados MEGAEVENTOS ESPORTIVOS, a saber: Jogos Mundiais Militares Rio 2011, Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014, Jogos Olímpicos Rio 2016. Este é um modelo que tem sido reproduzido em cidades sedes de eventos esportivos como Atenas, na Grécia e, Cidade do Cabo, Joanesburgo, entre outras cidades na África do Sul, assim como Barcelona, na Espanha, entre outros. (Retirado do site da organização: [http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/.](http://comitepopulario.wordpress.com/apresentacao/))

Partindo dessa breve análise de trajetória, torna-se justificável a escolha por tentar compreender como a militância dentro do movimento ambientalista pode ser considerada uma prática educativa e de ampliação de capitais (nos termos do sociólogo Pierre Bourdieu). Dá mesma forma que acredito ter sido transformado pelo envolvimento nas lutas políticas, penso que a inserção no contexto de luta do campo ambientalista traga inúmeros benefícios para os envolvidos, no que diz respeito ao acesso a conhecimento, redes de relacionamentos, prestígio social e etc.

Trago como questão de estudo a trajetória de vida de militantes do campo ambientalista que assumiram uma posição de *porta-voz*⁵. Buscar-se-á compreender a origem social desses indivíduos, os processos que levaram à participação política dentro do campo ambiental e como isso influenciou suas histórias.

Assim sendo, este trabalho tem como objetivo *analisar a trajetória de vida de militantes do movimento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro, utilizando a teoria de Pierre Bourdieu, com a intenção de compreender como ocorre o processo de acumulação de capital cultural resultante da inserção no contexto de luta do campo ambiental*. Como veremos adiante, apesar do esforço deste trabalho relacionar-se à compreensão dos meandros da acumulação de conhecimento, essa análise não poderia ser feita de maneira isolada de outros fatores, como os aspectos socioeconômicos, pois é preciso compreendê-los como elementos que se relacionam.

É importante frisar que o objeto de pesquisa são os militantes que apesar de com o tempo criarem condições objetivas/subjetivas diferentes de outras pessoas inseridas no mesmo contexto, não se antagonizaram ao movimento, como ocorre com políticos que iniciam sua carreira na vida pública defendendo uma causa contra-hegemônica, mas com o decorrer do tempo e a partir de interesses financeiros, acabam alterando suas concepções políticas. Tem-se a hipótese que a inserção na luta política para a transformação de sua realidade

⁵ Conceito de Bourdieu que será discutido no decorrer deste trabalho.

objetiva é um fator que não propicie somente ganhos materiais, mas que também altere profundamente sua subjetividade.

Enquadramos esta pesquisa dentro do viés da Educação Ambiental Crítica justamente frente ao posicionamento de que outras instâncias sociais são tão importantes na formação do indivíduo quanto a escola, sobretudo no que diz respeito a fornecer subsídios para que o sujeito tenha consciência de sua posição no mundo, abrindo possibilidades para transformação de sua realidade. Essas outras instâncias devem ser reconhecidas, pois, como veremos no decorrer deste trabalho, a escola tende a ser uma instituição de reprodução social. Convém deixar claro que parte-se da ideia da Educação Ambiental Crítica inserida dentro do Campo Ambiental, sobre o qual falaremos mais adiante.

Falar do militante não é uma tarefa fácil, muito menos deve ser tratada de forma genérica. Como é um elemento central deste trabalho, foi realizada uma extensa pesquisa bibliográfica, além de conversas com pesquisadores de diversas áreas, para tentar alcançar o conceito de “militância”, mas não foi possível êxito em decorrência da escassez de material. Grosso modo, pode-se compreender o militante como um sujeito envolvido na luta política em diferentes espaços sociais, sejam instituições governamentais ou não governamentais, espaços de educação formal ou não formal, partidos políticos, movimento anarquista e etc. Estão inseridos em diferentes lugares, suas práticas estão pautadas em diferentes ideologias e interesses. Talvez, pelas inúmeras possibilidades de se identificar um militante, seja tão difícil defini-lo. Assim sendo, este trabalho não há a pretensão de cunhar o significado do conceito de militante, mas faz-se necessário especificar o tipo de militante que é objetivo de estudo desta pesquisa.

Uma questão fundamental é que o sujeito tenha uma vinculação subjetiva com a causa. Parte-se desse princípio para diferenciar um indivíduo que tem somente retorno material para “balançar a bandeira de um partido” – com o qual não tem a menor ligação – dos que tem uma ligação visceral com o que defendem. Pensamos que esta subjetividade da qual nos referimos jamais possa ser idealizada de forma separada de suas condições objetivas, pelo

contrário, ambas devem ser pensadas em uma relação dialética. A vontade por inserir-se na militância deve emergir através de alguma situação significativa na vida do indivíduo, pois, sem isso, é uma prática esvaziada de significados. Os militantes que procuramos para realizar esse trabalho são pessoas que tiveram na prática militante um fator que serviu para estruturar suas vidas. É a partir dessa condição que estruturamos a possibilidade de pensar o militante como um sujeito que tem sua vida pautada e modificada através do processo de luta. **O ponto central é que o indivíduo militante jamais pode ser objeto do processo de luta, ele deve ser sempre sujeito protagonista do mesmo.**

De fato, este trabalho busca lançar um olhar sobre outros espaços importantes na formação do indivíduo, instâncias que estejam para além do processo de escolarização formal. Segundo Gadotti (2005), a educação não-formal é menos burocrática e menos hierárquica que a educação formal, não necessariamente seguem um sequencial de progressão. O tempo e as possibilidades de criação e recriação em múltiplos espaços são características da educação não-formal. Podemos compreendê-la como *um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados (Gohn, 1999, apud, Gadotti 2005, p.3).*

A partir desta perspectiva, discute-se, através da análise de trajetória de vida dos militantes do movimento ambientalista, como a luta política atua na perspectiva de uma educação não-formal em uma perspectiva contra-hegemônica. Busca-se neste trabalho, de certa forma, contribuir para a noção do posicionamento estratégico que a educação não-formal possui como alternativa à educação formal que tende a reproduzir a ordem social vigente. Como afirma Mészáros (2008),

Nunca é demais salientar a importância estratégica da concepção mais ampla de educação, expressa na frase: “a aprendizagem é a nossa própria vida”. Pois muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições formais. Felizmente, porque esses processos não podem ser manipulados e controlados de imediato pela estrutura educacional formal legalmente salvaguarda e sancionada. Eles comportam tudo, desde o surgimento de nossas respostas críticas em relação ao ambiente material mais ou menos carente em nossa primeira infância, do nosso

encontro com a poesia e a arte, passando por nossas diversas experiências de trabalho, sujeitas a um escrutínio racional, feito por nós mesmos e pelas pessoas com quem as partilhamos e, claro, até o nosso envolvimento, de muitas diferentes maneiras e ao longo da vida, em conflitos e confrontos, inclusive as disputas morais, políticas e sociais dos nossos dias. (p.53)

A necessidade de buscar um recorte de pesquisa mais específico que os militantes descritos anteriormente fez com que recorrêssemos a um conceito de Bourdieu pouco utilizado, o de “porta-voz”, que é discutido no capítulo destinado a sua teoria, mas, em linhas gerais, podemos compreender o porta-voz como alguém que se destaca dos demais e assume uma condição de pessoa apta a falar em nome do grupo, tendo sua condição de prestígio social elevada.

Esta pesquisa tem caráter qualitativo e, por este motivo, quando se vai a campo, esbarra-se na dificuldade por decidir a quantidade de indivíduos a serem entrevistados. Sendo assim, as entrevistas foram ocorrendo até as respostas para as inquietações deste trabalho tornarem-se evidentes. Desta maneira, foram entrevistados quatro militantes do movimento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro – dois do Município do Rio de Janeiro, um do Município de Duque de Caxias e um do Município de Magé. Todos com uma trajetória de militância de pelo menos dez anos.

A indicação para a primeira entrevistada surgiu por parte do orientador deste trabalho e, posteriormente, as outras foram feitas por pessoas do movimento ambientalista com as quais tive contato e, também, por sugestão dos próprios entrevistados.

Para iniciar a entrevista, explicava qual era a proposta do trabalho, o que fazia com que os militantes contassem sua história com uma perspectiva que pudesse responder os objetivos da pesquisa. A opção por interferir minimamente durante a entrevista teve o propósito de buscar compreender quais foram os elementos de sua trajetória que julgaram ser mais relevantes de

contar, entendendo isso como um valioso instrumento para análise. Três das entrevistas tiveram uma duração média de uma hora e a outra quase duas, tendo em vista a forma minuciosa como o militante contava sua história de vida. Todas foram realizadas com o auxílio de um gravador.

A opção metodológica para a coleta de dados surgiu junto com a ideia de realizar a pesquisa. Como dito anteriormente, foi a partir de uma conversa, não prevista, com um militante do movimento ambientalista que tive a intuição que daria origem a esse trabalho. A forma como contava - sem que eu interferisse - sua trajetória de vida, as dificuldades que passou e como/porque se inseriu no movimento ambientalista foi um momento muito rico para compreender sua realidade e perceber o que ele achava relevante ao contar sua história, mostrando os momentos que valorizava.

Assim sendo, a escolha por a História Oral pareceu ser a mais adequada para dar prosseguimento ao estudo. Segundo Cassab e Ruscheinsky (2004), a metodologia da História Oral,

(...) prima para registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais. Muitas vezes o fato de detectar estas memórias, que podem ser denominadas de subterrâneas, significa delinear aspectos relevantes que de outra forma ficam a margem da história oficial ou das evidências objetivas dos historiadores. Através deste esforço e rigor de pesquisa pretende-se construir uma metodologia que permita recuperar ou trazer a luz imagens do passado e do presente, que permitirão uma abordagem abrangente e dinâmica. (p.7)

Ciente das dificuldades de utilizar tal metodologia buscou-se respaldo nas considerações feitas por Duarte (2004) no intuito de minimizar as possibilidades de erro em decorrência da falta de experiência relativa ao trabalho de campo. Os critérios de seleção dos entrevistados já foram informados: fazer parte do movimento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro há mais de dez anos, além de ter alcançado a condição de porta-voz de um grupo. As informações dos participantes estão diluídas ao longo do último capítulo, onde as análises são feitas individualmente em quatro blocos

(um para cada). A forma como os contatos foram realizados e as circunstâncias em que foram feitas as entrevistas precedem o início das análises em cada bloco. Tendo em vista a necessidade de preservar a identidade dos informantes, as cópias da transcrição das entrevistas não serão vinculadas como anexo do trabalho. Dois dos participantes informaram nas entrevistas que já receberam ameaças – um deles vítima de um atentado com arma de fogo – e outro afirmou ter sido ameaçado após terminarmos formalmente a entrevista. Por isso a preocupação em manter a confidencialidade.

Como o leitor observará no capítulo 3, buscou-se destacar os trechos mais significativos acompanhados de análise, tentando fazer com que esses fragmentos utilizados contem as histórias de vida e revelem os subsídios para responder às questões de pesquisa, a partir de categorias como origem familiar; escolarização; inserção no movimento ambientalista; condição de porta-voz; acumulação de capital cultural.

Analisar entrevistas também é tarefa complicada e exige muito cuidado com a interpretação, a construção de categorias e, principalmente, com uma tendência bastante comum entre pesquisadores de debruçar-se sobre o material empírico procurando “extrair” dali elementos que confirmem suas hipóteses de trabalho e/ou os pressupostos de suas teorias de referência. Precisamos estar muito atentos à interferência de nossa subjetividade, ter consciência dela e assumi-la como parte do processo de investigação. (Duarte, 2004, p.216)

Como caminho teórico-metodológico este trabalho converge para o *Construtivismo Estruturalista* de Bourdieu (termo que usou para denominar sua teoria), pois ao adotarmos seu referencial teórico, estamos assumindo suas concepções para compreender a ordem social e realizar as análises de trajetórias dos entrevistados.

Sobre a questão dos numerosos escritos teóricos metodológicos e as técnicas de pesquisa, Bourdieu (2011) faz a seguinte afirmação:

Por mais úteis que possam ser para esclarecer tal ou qual efeito que o pesquisador pode exercer “sem o saber”, lhes falta quase sempre o essencial, sem dúvida porque permanecem dominados pela fidelidade a velhos princípios metodológicos

que são frequentemente decorrentes, como o ideal da padronização dos procedimentos, da vontade de imitar os sinais exteriores mais reconhecidos do rigor das disciplinas científicas; não me parece, em todo caso que eles levem em consideração tudo aquilo que sempre fizeram, e sempre souberam os pesquisadores que respeitavam seu objeto e os mais atentos às sutilezas quase infinitas das estratégias que os agente sociais desenvolvem na conduta comum de sua existência (p.693)

O primeiro capítulo é exclusivamente dedicado à teoria do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Apesar de permear todas as discussões realizadas, julgamos necessário que o primeiro capítulo deste trabalho fosse exclusivamente destinado a explicar sua teoria, como forma de propiciar um suporte mais denso para as reflexões posteriores.

Como dito anteriormente, durante o período da graduação, consolidei minha visão de mundo através de teóricos críticos que me proporcionaram perceber a sociedade em suas entrelinhas. Dentre todos, Bourdieu me chamou mais atenção. Minha aproximação com o autor ocorreu nos últimos anos de graduação, através de pesquisa de iniciação científica, onde buscava compreender quem eram os sujeitos que ensinavam ciências nas escolas do Sul-Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Bourdieu é considerado um dos grandes sociólogos da contemporaneidade, sua teoria teve grande repercussão mundial e, no final de sua carreira, não se contentou apenas em restringir-se ao campo acadêmico, expondo publicamente suas duras críticas ao sistema neoliberal, que geravam grande repercussão ao redor do mundo. Deve não apenas ser reconhecido pela sua grande contribuição teoria, mas também pela prática combativa que acompanhou seu discurso teórico, sendo esta uma qualidade que não está presente em todos os intelectuais.

Usar a teoria de Bourdieu para lançar um olhar sobre o objeto de interesse pode vir a ser como usar uma faca de dois gumes. Ao mesmo tempo em que sua complexa teoria pode ser usada para compreender a fundo

diversas questões – como o próprio autor fez, ao discutir o cenário educacional francês, o esporte, alta costura, televisão, o meio acadêmico e etc. - apropriar-se dessa teoria para utilizá-la de maneira coerente pode vir a ser algo extremamente complicado. Segundo o marxista americano, Michael Burawoy (2010), *aos não iniciados (e mesmo aos bem iniciados) seus textos são impenetráveis e inacessíveis; suas frases entrecortadas e autoadjetivadas são enigmas difíceis de decifrar; e seus livros estão parcialmente inacabados e repletos de digressões* (p.12).

Este trabalho não está sendo realizado com a pretensão de esgotar todas as possibilidades de análise a partir da teoria de Bourdieu, não somente pela falta de tempo para apropriar-se dela em sua plenitude (o que levaria anos), mas por questões objetivas como o curto espaço de tempo para a realização da pesquisa. O que se busca aqui é realizar um trabalho coerente, que consiga alcançar os objetivos sinalizados, validando premissas e encorajando a prática militante dentro do contexto ambientalista como uma importante experiência na formação do indivíduo. Para além disso, vislumbramos a possibilidade desta pesquisa servir como referência para a criação ou manutenção de políticas públicas que tenham a participação política como elemento fundamental.

O segundo capítulo é consequência da necessidade de compreender o contexto em que ocorre a prática da militância, tornando necessária uma reflexão acerca do campo ambiental. Dentro da amplitude do campo, nossos esforços são concentrados para a compreensão das diferentes correntes dos discursos e práticas ligadas ao meio ambiente. Quando embasamos teoricamente o discurso ambientalista, é possível compreender com maior clareza onde se insere a Educação ambiental crítica e a qual tipo de discurso ela se relaciona. A educação ambiental na perspectiva crítica ganha espaço nessa pesquisa justamente pela compreensão da prática militante em uma causa ambiental como uma prática educativa, realizada dentro de um contexto não formal.

O terceiro e último capítulo é destinado à reflexão teórica dos dados coletados. Busca-se fazer uma análise de suas trajetórias de vida, indicando os

fatores inerentes ao seu processo de acumulação de capitais. Cada entrevista é analisada de forma separada e, antes da análise propriamente dita, é exposta uma breve biografia do entrevistado com a intenção de facilitar o contato do leitor com a sua história.

Capítulo I – Olhar o mundo através da teoria de Pierre Bourdieu

1.1 Apresentação biográfica

Sujeito de uma trajetória singular, Bourdieu nasceu no dia 1º de agosto de 1930, no vilarejo de Denguin, região rural localizada no sudoeste da França. Seu pai, Albert, teve origem no campesinato, mas tornou-se funcionário público, atuando nos Correios. Noémie, sua mãe, vinha de uma família de agricultores da região.

No período de 1941 à 1947 cursa uma parte do ensino médio no Liceu de Pau – capital do Béarn. Como se destaca, em 1948 recebe uma bolsa de estudos e ingressa no Liceu Louis-le-Grand, em Paris, conhecido por ser uma das melhores fontes de preparação para o ingresso na École Normale Supérieure de Paris, onde obtém diploma em Filosofia em 1954. Concomitantemente, realiza estudos na Faculdade de Letras de Paris (Sourbone).

A guerra entre França e Argélia (na época colônia francesa que lutava por sua independência), em 1955, fez com que fosse convocado para prestar o serviço militar. Três anos após, com o fim do trabalho como militar, opta por lecionar na Faculdade de Letras de Argel – capital da Argélia, como professor assistente. Durante o período que passa na Argélia, aproxima-se da sociologia ao realizar estudos sobre os camponeses das regiões de montanhas do norte do país – a sociedade Cabila. Acerca deste primeiro contato com a sociologia, o autor relata:

Compreendi assim, retrospectivamente, que tinha ingressado em sociologia e etnologia, de um lado, por conta de uma recusa profunda do ponto de vista escolástico, princípio de uma altivez, de uma distancia social, na qual nunca pude me sentir à vontade e para a qual decerto predispõe a relação com o mundo associada a certas origens sociais. Essa postura me desagradava havia muito tempo. A recusa da visão do mundo associada à filosofia universitária contribuíra muitíssimo para levar-me às ciências sociais e, em especial, a um certo modo de praticá-las (2005a, p.72, apud Gonçalves e Gonçalves 2010, p.23).

Em decorrência da perspectiva liberal que adota perante a guerra de independência, Bourdieu retorna para a França em 1960, onde se torna professor assistente de Raymond Aron na Faculdade de Letras de Paris (Sourbone). Dois anos mais tarde assume o cargo de professor na Faculdade de Letras de Lille, onde, pela primeira vez, ministra aulas sobre os autores clássicos da sociologia – Durkheim, Marx e Weber.

Em 1964 começa a lecionar na École Pratique d’Hautes Études, com apenas 34 anos, tornando-se um dos mais jovens professores da instituição, ganhando grande notabilidade entre os professores de sua geração. No mesmo ano é indicado por Raymond Aron para dirigir o Centre de Sociologie Européene.

Nos anos seguintes, dá ênfase à questão educacional, fundando o Centre de Sociologie de l’Education et de la Culture. Três anos mais tarde, em conjunto com Jean-Claude Passeron, escreveria seu livro mais importante no campo da educação – A Reprodução, que viria a se tornar um clássico nas discussões sobre o sistema de ensino.

Em 1975 recebe o apoio do diretor da Maison des Sciences de l’homme, Fernand Braudel, para criar o periódico Acts de la Recherche em Sciences Sociales, que acabaria ganhando extrema notabilidade a nível mundial no campo das discussões em Ciências Sociais. Segundo Gonçalves e Gonçalves (2010), a criação deste periódico buscava incentivar o diálogo entre pesquisadores, tratando de temas não tão reconhecidos nos meios acadêmicos, além de abordar uma relação transdisciplinar nos estudos em Sociologia.

A publicação do livro A distinção, o qual é considerado por muitos como a grande obra de Bourdieu, ocorre em 1979. Nele o autor discute como os hábitos, gostos, julgamentos éticos e estéticos são constituídos socialmente. Até o fim da década de 80 seriam publicados mais dois livros, Homo academicus, onde faz uma análise sobre os professores universitários, e La noblesse d’État – Grandes écoles et esprit de corps, seu último grande livro sobre o sistema escolar, onde aborda a influência do que chama de “grandes

escolas” na formação das elites. Outro fato relevante neste período, mais precisamente em 1981, que nós não podemos deixar de ressaltar, é o manifesto em favor do movimento “Solidariedade”, escrito em conjunto com Michel Foucault, como forma de protesto à repressão sofrida por trabalhadores na Polônia.

Do início dos anos 90 até o final de sua vida, assume uma postura combativa em relação as desigualdades sociais, com duras críticas ao neoliberalismo, manifestando-se por meio da mídia e reflexões acadêmicas. Em 23 de janeiro de 2002, aos 71 anos, Pierre Bourdieu falece, em Paris, deixando um grande legado para a humanidade.

1.2 Teoria

Bourdieu é considerado por muitos o maior sociólogo contemporâneo. Isso se dá em decorrência da originalidade de sua obra, que reflete-se em um complexo arcabouço teórico para se pensar a sociedade. Segundo Ortiz (1987), *a problemática teórica dos escritos de Bourdieu repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social e a sociedade (p.8).*

Ao iniciar a formulação de sua teoria se depara com o que considera um problema de método epistemológico, que remete às discussões entre duas correntes antagônicas de pensamento, que precisavam ser superadas, a saber, a fenomenologia e o objetivismo.

Bourdieu (1983a) afirma que o mundo social pode ser analisado por três modos de conhecimento. O conhecimento que chama de (1º) fenomenológico explicita a verdade da experiência primeira do mundo social, como é o caso de escolas “interacionistas” e “etnometodológico”. O conhecimento (2º) objetivista constrói relações econômicas ou linguísticas que estruturam as práticas e suas representações. Vamos por ora nos ater à discussão entre objetivismo/subjetivismo para posteriormente chegar ao que Bourdieu chamou de conhecimento (3º) praxiológico. Nogueira e Nogueira (2009) tentam colocar a controvérsia objetivismo/subjetivismo em termos mais simples: o

primeiro teria a tendência a enxergar a ordem social como produto consciente e intencional da ação individual, já o segundo irá concebê-la como uma realidade externa, transcendente em relação aos indivíduos, determinando suas ações de fora pra dentro.

1.2.1 Habitus: Pela superação da contradição objetivismo x subjetivismo

Ortiz (1987) afirma que a discussão que gira em torno do embate entre objetivismo e fenomenologia pode ser traduzida pela oposição entre Weber e Durkheim, onde pensamento do primeiro se estrutura em uma sociologia da compreensão, tendo o sujeito como seu ponto de partida, e o segundo reifica a sociedade, onde, através da “consciência coletiva”, pressupõe que existe uma essência que transcende os indivíduos enquadrando-os coercitivamente na sociedade. Nas palavras do autor:

Se o pensamento durkheimiano acentua a transcendentalidade do social, a análise weberiana se apresenta como sua contrapartida; a sociologia compreensiva retoma o pólo recusado por Durkheim e define os fenômenos sociais a partir das condutas individuais; o sentido da ação é, assim, considerado como o sentido subjetivo que o ator lhe comunica. (p.11-12)

Esta discussão entre subjetivismo e objetivismo tem centralidade na formulação de sua teoria e, para resolvê-la, lança mão do terceiro modo de conhecimento, que chama de conhecimento praxiológico. Este tipo de conhecimento

segundo

Bourdieu:

(...) tem como objeto não somente o sistema das relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações *dialéticas* entre essas estruturas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e tendem a reproduzi-las, isto é, o duplo processo de interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade. (1983a, p.47)

Para desenvolver o conhecimento praxiológico, Bourdieu precisava encontrar uma forma de mediação entre o sujeito e a sociedade e, para tal, apropriou-se, fazendo as devidas modificações, do conceito de *habitus*. Em *O poder simbólico* (2010), mais precisamente no capítulo intitulado “A gênese dos

conceitos”, Bourdieu explica que se apropria da noção aristotélica de *hexis*, que posteriormente foi convertida pela escolástica em *habitus*, como forma de reagir contra o estruturalismo e sua filosofia da ação, implícita na noção de *inconsciente* de Levi Strauss. O *habitus exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo, etc. (p.60)*, o que também é abordado em *Coisas ditas (1987)*, onde afirma que recorreu ao conceito de *habitus* como uma maneira de escapar da alternativa do estruturalismo sem sujeito e da filosofia do sujeito.

A partir do conceito Bourdieu tenta captar uma questão que é central em sua obra: como se dá o processo de “interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, buscando compreender como ocorre a ação prática dos sujeitos na sociedade.

Os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*, sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e de representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objeto sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro. (BOURDIEU, 2011, p.87)

Ocorre que os indivíduos estão imersos em estruturas sociais que geram uma série de experiências que estruturam sua subjetividade, culminando em uma maneira de compreender e apreciar o mundo, que por sua vez irá influenciar diretamente suas ações. Nogueira e Nogueira (2009, p.25), deixam clara a necessidade de Bourdieu em compreender o *habitus* em uma dimensão flexível, em uma relação dialética com a situação, como forma de escapar do objetivismo.

Deve-se elucidar que o conceito de *habitus* deve ser compreendido como uma disposição tanto individual quanto social.

[...] refere-se a um grupo ou uma classe, mas também ao elemento individual; o processo de interiorização implica sempre internalização da objetividade, o que ocorre de forma subjetiva, mas que não pertence exclusivamente ao domínio da individualidade. A relativa homogeneidade dos *habitus* subjetivos (de classe, de grupo) encontra-se assegurada na medida em que os indivíduos internalizam as representações objetivas segundo as posições sociais de que efetivamente desfrutam. (ORTIZ, 1987, p. 17-18)

Este conceito será de extrema importância para uma análise inovadora da ordem social a partir do momento em que torna-se possível, através dele, articular as estruturas objetivas com a subjetividade dos indivíduos e as situações da ação. A superação de uma postura subjetivista se dá no momento em que as ações dos sujeitos não são vistas como uma produção autônoma e consciente, mas como algo socialmente estruturado. E a ruptura com a abordagem objetivista, por sua vez, ocorre a partir do momento em que nega-se que atitudes e comportamentos sejam produzidos de forma mecânica, mas decorrentes, de forma indireta, das disposições que o sujeito incorpora dentro da estrutura social a qual pertence. Burawoy (2010) argumenta que o *habitus* pode ser compreendido como camadas onde as mais profundas são adquiridas na infância, construindo uma forma de orientação criativa para a prática, onde entende-se que, a partir deste raciocínio, *é definida por disposições acumuladas e internalizadas a partir das estruturas sociais prévias; uma criatividade ao mesmo tempo canalizada e delimitada pela estrutura social realmente existente* (p.53). Nas palavras de Boltanski (2005),

[...] o *habitus*, como conjunto de esquemas interiorizados, é esse espaço intermediário – se assim podemos dizer – que permite passar, nos dois sentidos, das estruturas determinadas ao longo do trabalho de organização do *corpus* às ações de um ator singular e à experiência que ele adquire. (p.160)

Possivelmente a maior contribuição para a compreensão sobre o que Bourdieu propôs com o conceito de *habitus* tenha sido realizada por seu maior

pupilo, Loic Wacquant⁶, no artigo intitulado “Esclarecer o Habitus” (2004). No referido texto, Wacquant faz uma análise da gênese do conceito de *habitus*, traduzindo-o como, em sintonia com o que foi refletido até o momento, uma noção que capta o modo como os sujeitos, através do convívio social, estruturam uma matriz de percepções que orientam suas respostas às demandas sociais existentes.

1.2.2 Campo

A obra de Bourdieu é marcada pela ênfase na questão das produções simbólicas que, segundo o autor, são produzidas, classificadas e consumidas dentro de *campos* específicos. O conceito de campo é elaborado a partir da necessidade da compreensão das produções culturais (Ciência, Filosofia, Arte, Literatura...) para além de análises internalistas ou externalistas. Em *Os usos sociais da ciência – Por uma sociologia clínica do campo científico* (2004), expõe as deficiências desses tipos de análise: “para compreender uma produção cultural (...) não basta referir-se ao conteúdo textual dessa produção, tampouco referir-se ao contexto social contentando-se em estabelecer uma relação direta entre o texto e o contexto.” (p. 20). Isto resultaria no que o autor chama de “erro de curto-circuito”. Em *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico* (2004), Bourdieu, ao discorrer inicialmente sobre o campo científico, afirma que o mesmo se constitui como o espaço em que é travada uma luta concorrencial, pautada no monopólio da autoridade. *Cada campo de produção simbólica seria, então, palco de disputas – entre dominantes e pretendentes – relativas aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos e, indiretamente, das pessoas e instituições que os produzem* (Nogueira e Nogueira, 2009,p. 32). São inúmeras as definições do conceito de campo mais acessíveis nos trabalhos de

⁶ O sociólogo americano Michael Burawoy em seu livro “O marxismo encontra Bourdieu” conta que, para se aprofundar na teoria de Bourdieu, solicitou a Loic Waquant (segundo Burawoy “o seu maior herdeiro intelectual e propagandista transcontinental”) a possibilidade de comparecer a seus seminários de graduação. Loic aceitou com a condição de que realizasse todas as tarefas como um aluno de graduação. Apesar de chamar o curso de “campo de trabalhos forçados”, ter seus diálogos imaginários entre Bourdieu e o Marxismo submetidos à humilhação por parte do professor Wacquant perante os alunos e chamá-lo literamente de “francês maluco”, Burawoy afirma que a partir dele, obteve a melhor defesa de Bourdieu. É possível ver os dois juntos (Bourdieu e Wacquant) em alguns breves momentos no documentário “A sociologia é um esporte de combate”.

outros autores do que nos textos muitas vezes indecifráveis de Boudieu. A que segue abaixo é uma delas:

O universo social onde pessoas, grupos e instituições que dele participam se definem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si, visando à hegemonia simbólica e material sobre esse universo de atividade e de saber. Compreende um conjunto de relações de força, de interesse, de conflito onde se estabelecem alianças, estratégias e investimentos que visam a conquista do objeto em disputa no campo, no caso, o capital simbólico legitimado, fundado sobre atos de conhecimento e de reconhecimento pelo conjunto dos pares concorrentes no interior do campo social. Como qualquer jogo, o campo social possui estrutura própria, dotada de posições determinadas pela distribuição de capital ou de poder específico do campo, objetivos, normas e valores particulares que o orientam. Por ser um espaço concorrencial, o campo pressupõe relações internas assimétricas derivadas da desigual distribuição de poder entre grupos dominantes e dominados. Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes - e, portanto, as regras do jogo, tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem. (Lima, 2005, apud Loureiro et. al 2009, p.87)

Na definição acima encontramos o termo “capital simbólico” que será discutido no subcapítulo seguinte, mas que, grosso modo, pode ser compreendido como prestígio social derivado da acumulação dos outros tipos de capital.

Derivando da hierarquização cultural que ocorre no interior dos campos, surge outro conceito importante na teoria de Bourdieu: a violência simbólica. As produções simbólicas seriam instrumentos de dominação na medida em que legitimam, por exemplo, a cultura da classe dominante como superior, sendo essa imposição de uma cultura sobre a outra, uma forma de violência simbólica. *Em A Reprodução – elementos para uma teoria da reprodução do sistema de ensino (2009) temos um exemplo claro de violência simbólica quando Bourdieu e Passeron expõe as ações pedagógicas (AP) no ambiente escolar.*

A AP é objetivamente uma violência simbólica, num primeiro sentido, enquanto que as relações de força entre os grupos ou

as classes constitutivas de uma formação social estão na base do poder arbitrário que é a condição da instauração de uma relação de comunicação pedagógica, isto é, da imposição e da inculcação de um arbitrário cultural segundo um modo arbitrário de imposição e de inculcação (educação). (p.27)

Bourdieu (1990), afirma que este tipo de violência se exerce *dando formas*, ou seja, dando a uma ação ou discurso um formato que apresentado de outra maneira não seria aceitável, atribuindo contornos de legitimidade.

A noção de *campo* e *habitus* são intrínsecas na teoria de Bourdieu. Ao buscar uma definição para seu trabalho como “*constructivist structuralism*” ou “*structuralism constructivist*”, faz a seguinte afirmação:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mito, etc. -, estruturas objetivas, independentes de consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, a gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais. (Bourdieu, 1990, p. 149).

Esta discussão fica mais clara a partir do próximo item, onde é discutida a forma como o autor pensa a sociedade a partir das suas relações de poder – pautando-se nas produções simbólicas.

1.2.3 As formas de poder – os diferentes tipos de capital

Nogueira e Nogueira (2009) tratam o modo como Bourdieu idealiza e analisa a realidade social a partir das considerações que o autor faz no primeiro capítulo do livro *O poder simbólico*. Segundos os autores, Bourdieu se contrapõe a três grandes tradições filosóficas e sociológicas de reflexão sobre as produções simbólicas. Na primeira delas, que tem em Durkheim seu principal expoente, pensa as produções simbólicas como estruturas estruturantes, ou seja, como formas que organizam a percepção que os sujeitos tem da realidade. A segunda, referente ao estruturalismo linguístico, que tem como um de seus principais representantes Lévi-Strauss, toma os

sistemas simbólicos como estruturas estruturadas, a partir do momento que concebe a realidade como organizada em função de uma estrutura subjacente que se busca identificar. A última das tradições discutidas por Bourdieu, que tem como força maior o marxismo, apropria-se dos sistemas simbólicos como instrumentos de dominação ideológica para legitimar a hegemonia de uma classe social. A articulação dessas três correntes resulta na seguinte argumentação:

(...) a estrutura presente nos sistemas simbólicos e que orienta (estrutura) as ações dos agentes sociais reproduz, em novos termos, as principais diferenciações e hierarquias presentes na sociedade, ou seja, as estruturas de poder e dominação social (idem, p.30)

Em seguida é apresentado um esquema desenvolvido por Bourdieu (2010) sobre os instrumentos simbólicos como forma de ilustrar o que foi descrito anteriormente.

Instrumentos simbólicos

como	como	como
estruturas estruturantes	estruturas estruturadas	instrumentos de dominação
Instrumentos de conheci- mento e de construção do mundo objectivo	Meios de comunicação (língua ou culturas, vs. discurso ou conduta)	Poder Divisão do trabalho (classes sociais) Divisão do trabalho ideoló- gico (manual/intelectual) Função de dominação
<i>Formas simbólicas</i> estruturas subjectivas (<i>modus operandi</i>) Kant-Cassirer	<i>Objectos simbólicos</i> estruturas objectivas (<i>opus operatum</i>) Hegel-Saussure	<i>Ideologias</i> (vs. mitos, línguas) Karl Marx Max Weber
Sapir-Whorf culturalismo	Durkheim-Mauss Formas sociais de classificação	Lévi-Strauss (semiologia) Corpos de especialistas em concorrência pelo monopólio da produção cultural legítima
Significação: objectivida- de como concordância dos sujeitos (consenso)	Significação: sentido objectivo como produto da comunicação que é a condição da comunicação	

sociologia das formas simbólicas:
contribuição do poder simbólico
para a ordem gnoseológica. Senso-
=Consenso, isto é, doxa.

Poder ideológico como contribuição específica da
violência simbólica (ortodoxia) para a violência políti-
ca (dominação)

Divisão do trabalho de dominação

(p.16)

A partir das considerações feitas sobre os instrumentos simbólicos, passamos a forma como Bourdieu concebe as relações de poder na sociedade. Compreendendo-a como um espaço multidimensional, retoma o conceito de capital em Marx para explicitar as relações de poder dentro dos campos. Amplia a noção de capital (como algo que se pode acumular) – além do capital econômico, utiliza-se do capital cultural, capital social e capital simbólico –

como forma de compreender como são estruturadas as relações nos campos. *“As propriedades atuantes, tidas em consideração como princípios de construção do espaço social, são as diferentes espécies de poder ou de capital que ocorrem nos diferentes campos”* (BOURDIEU, 2010, p.134).

Deste modo, a posição que o sujeito ocupa dentro de um campo está ligada ao volume de capital que possui.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa os diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que atuam em cada um deles, seja, sobretudo, o capital econômico – nas suas diferentes espécies -, o capital cultural e o capital social e também o capital simbólico, geralmente chamado prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital. (Ibid, p.134-135)

Para Bourdieu (2001), o espaço social pode ser compreendido *como estruturas de justaposição de posições sociais (definidas (...) como posições na estrutura de distribuição das diferentes espécies de capital).*

O **capital econômico** está relacionado aos bens econômicos que o sujeito dispõe, ou seja, terras, dinheiro, bens materiais e etc. Para Bourdieu (1990), o capital econômico, em nossas sociedades (onde a economia não é orientada para fins não econômicos), torna-se dominante em relação aos outros tipos de capital.

De fato, a “potência” particular do capital econômico poderia estar relacionada ao fato de ele permitir uma economia de cálculo econômico, uma economia de economia, isto é, de gestão racional, de trabalho de conservação e transmissão, ao fato de ele ser, em outros termos, mais fácil de gerir racionalmente (o que se percebe com a sua realização, a moeda), de calcular e de prever (o que faz com que ele esteja intimamente ligado ao cálculo e a ciência matemática.) (p.133)

É importante ressaltar que Bourdieu deixa claro que os diferentes tipos de capital estão sempre relacionados. Existe uma lógica de mercado, de investimento, reconversão e acumulação de capital. Dessa forma, quanto maior for o investimento de capital em um determinado mercado, maiores são as probabilidades de uma boa resposta. Por exemplo, uma família que é dotada de um nível elevado de capital econômico tem a possibilidade de oferecer para

sua prole a oportunidade de estudar nas escolas mais conceituadas, pagar por cursos extraescolares (outros idiomas, aulas de reforço), viagens e diversas outras coisas que seriam revertidas na forma de informações e conhecimentos (capital cultural).

O **capital social** está relacionado ao conjunto de relações que o sujeito dispõe em seu convívio social – parentesco, amizades, contatos profissionais e etc. A partir dessas relações, os indivíduos podem adquirir tanto benefícios materiais quanto simbólicos. Dessa forma, pode ser reconhecido como *o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e inter-reconhecimento (Bourdieu, 1990, p. 67).*

Compreendendo o campo como um espaço permeado por relações de poder estruturadas de forma desigual, Ortiz (1987) afirma que essa distribuição se compõe a partir de um *quantum* social que determina a função que um agente ocupará, sendo este *quantum* chamado de capital social, por Bourdieu. Os indivíduos que possuem maior capital social dentro de um campo específico, colocam-se em posição hierarquicamente privilegiada, dentro da perspectiva do campo como espaço de luta entre dominantes e dominados pela hegemonia. Sobre o volume de capital social que o sujeito dispõe, Bourdieu (2007), argumenta que dependem da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (cultural, econômico e simbólico) que é posse das pessoas presentes nessa rede de relações. Essa rede, por sua vez, é resultado de estratégias de investimento social que podem ocorrer tanto de maneira consciente quanto inconsciente, visando a instituição ou reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis (op cit).

Cabe ressaltar que os grupos instituídos delegam de forma assimétrica o capital social entre seus membros, como nos casos dos partidos políticos, onde há desde o militante de base ao presidente. Assim, existe uma regulação entre os membros do grupo que definem quem será o “porta-voz”, individualizando o capital coletivo.

No limite dos grupos dominados, o ato de simbolização pelo qual se constitui o porta-voz, a constituição do “movimento”, é contemporâneo à constituição do grupo; o signo faz a coisa significada, o significado identifica-se à coisa significada, que não existiria sem ele, que se reduz a ele. O significante não é apenas aquele que exprime e representa o grupo significado; ele é aquilo que declara que ele existe, que tem o poder de

chamar à existência visível, mobilizando-o, o grupo que ele significa. (Bourdieu, 1990, p.192)

O porta-voz é o sujeito que escolhemos para ser o objeto desta pesquisa, justamente por “despontar” dentro do movimento em relação a seus outros membros, tornando mais visíveis e mensuráveis suas transformações (cumulo de capitais) através da luta.

Sobre o **capital cultural**, sua posse oferece ao indivíduo poder dentro do campo, funcionando como um trunfo. Os sujeitos que possuem determinados bens culturais legitimados como superiores dentro do campo, recebem maior prestígio.

Pode-se dizer que, por meio desses bens, eles se distinguem dos grupos socialmente inferiorizados. Para se referir a esse poder advindo da produção, da posse, da apreciação ou do consumo de bens culturais socialmente dominantes, Bourdieu utiliza, por analogia ao capital econômico, o termo *capital cultural*. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2009, p.35. Grifo dos autores.)

A noção de capital cultural na obra de Bourdieu tem sua gênese na necessidade de explicar um dos mecanismos velados de reprodução social – a escolarização. A ideia do autor era de explicar o motivo da desigualdade no desempenho dos alunos no sistema escolar, visto que a cultura escolar está ligada à cultura legitimada como dominante pela sociedade, aproximando-se da cultura de classes privilegiadas.

As diferenças nos resultados escolares dos alunos tenderiam a ser vistas como diferenças de capacidade (dons desiguais) enquanto que, na realidade, decorreriam da maior ou menor proximidade entre a cultura escolar e a cultura familiar do aluno. (ibid, p.74)

As crianças que estão em contato com a cultura privilegiada pela escola tenderiam a ter êxito no processo de escolarização, ao ponto que os alunos que possuam um capital cultural diferente da cultura socialmente legitimada como superior, estariam em desvantagem durante o processo, já que a escola surge descontextualizada de sua realidade cultural. Desta forma podemos

compreender que o sistema educacional tende a cometer a *violência simbólica* com os alunos que não estão inseridos na cultura privilegiada pela escola.

Posto isto, compreende-se a ligação entre capital cultural e reprodução social através do processo de escolarização. O autor faz ainda a diferenciação entre três tipos de capital cultural, o incorporado, o objetivado e o institucionalizado. A seguir, faremos uma breve contextualização sobre os três estados do capital cultural.

O **capital cultural incorporado** faz parte da subjetividade do indivíduo, tendo como uma de suas principais fontes a socialização primária, ou seja, a herança cultural que o indivíduo recebe através de sua família. “*O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da “pessoa”, um habitus*”. (Bourdieu, 2007 p.74). A aquisição de seu estado incorporado é algo que demanda certo tempo, não podendo acontecer de forma instantânea.

[...] pressupõe um trabalho de inculcação e assimilação (habitus) que não pode ser transmitido instantaneamente, necessitando de investimento de tempo pelo agente, e não pode ser acumulado, morre com o agente. (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2009, p.57)

Seria um determinante no desempenho escolar a partir do momento em que a escola trabalha com conhecimentos legitimados como dominantes. Deste modo, a criança que possui um capital cultural mais próximo do abordado na escola tenderia a ter o desempenho superior ao da criança não familiarizada.

O **capital cultural em seu estado objetivado** difere do incorporado pelo fato de poder ser transmitido instantaneamente devido a sua materialidade. Obras de arte e livros são exemplos do estado objetivado. Porém, ao mesmo tempo em que difere do estado incorporado, para que sua aquisição seja feita de fato (apropriação simbólica) – como a compreensão de um livro ou a apreciação de uma obra de arte – é necessário que se correlacione com o capital cultural incorporado.

O capital cultural objetivado em suportes materiais, tais como escritos, pinturas, monumentos etc., é transmissível em sua

materialidade. Uma coleção de quadros, por exemplo, transmite-se tão bem (senão melhor, porque num grau de eufemização superior) quanto o capital econômico. Mas o que é transmissível é a propriedade jurídica e não (ou não necessariamente) o que constitui a condição da apropriação específica, isto é, a posse dos instrumentos que permitem desfrutar de um quadro ou utilizar uma máquina e que, limitando-se a ser capital incorporado, são submetidos às mesmas leis de transmissão. (BOURDIEU, 2007, p.77)

Como falamos de uma propriedade material, está muito relacionado ao aspecto econômico (capital econômico). Os colecionadores de pinturas socialmente legitimadas como importantes, como por exemplo a dos pintores impressionistas Renoir, Monet, Manet e Van Gogh são pessoas que possuem uma grande concentração de capital econômico que lhes deu a posse deste tipo de capital cultural objetivado de grande importância, que por sua vez lhes confere grande prestígio social (capital simbólico).

No seu estado **institucionalizado**, o capital cultural encontra-se basicamente sob a forma de títulos e diplomas. Funciona como uma forma de certificar, perante a sociedade, o capital cultural incorporado.

A objetivação do capital cultural sob a forma do diploma é um dos modos de neutralizar certas propriedades devidas ao fato de que, estando incorporado, ele tem os mesmos limites biológicos de seu suporte. Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (Ibid, p.78)

Da mesma forma como ocorre com o capital cultural objetivado e incorporado, o institucionalizado tem relações com o capital econômico, já que este é utilizado como investimento para aquisição de credenciais educacionais. Como afirmamos anteriormente que ocorre a reconversão de capital econômico em capital cultural institucionalizado.

No que diz respeito ao **capital simbólico**, podemos compreendê-lo como o *status* ou prestígio que o sujeito detém na sociedade. Está relacionado à junção dos outros tipos de capital – cultural, econômico e social. Quanto maior

a acumulação de capital dentro de um campo (no caso, os capitais de maior importância naquele espaço social), maior será o *status* que alcançará dentro do mesmo. O prestígio ocorre através do reconhecimento perante os indivíduos e por este reconhecimento, ele consegue perpetuar como uma forma de poder. Por sua vez, como forma de poder, se configura como dominação perante os que o reconhecem como elemento de importância no espaço social. Bourdieu (2001) afirma que o capital simbólico assegura formas de dominação que são dependentes dos dominados, existindo apenas pelo reconhecimento, crença, crédito, confiança dos outros em estima, alimentando-se a partir da crença em sua existência, nos livrando da insignificância. É importante salientar que o capital simbólico não se apresenta como um capital específico, sendo a expressão de outros tipos de capital (cultural, econômico ou social) quando atingem reconhecimento explícito ou prático. *O capital simbólico (...) não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital, ou seja, enquanto força, poder ou capacidade de exploração.* (Bourdieu 2001, p.296)

A escolha por pesquisar indivíduos em uma condição de porta-voz é justamente por apresentarem uma variação maior na acumulação de capital, deixando mais evidentes o decorrer desse processo.

A teoria bourdieusiana é um importante meio para se pensar a ordem social como um espaço multidimensional permeado por uma série de instrumentos simbólicos que tem uma relação direta com o poder. A tentativa nesse trabalho é a de reconhecer como o poder emerge a partir do engajamento militante no movimento ambientalista. Conhecer a trajetória de vida dos indivíduos trás a possibilidade de perceber momentos fundamentais para a acumulação de capital. Apesar do foco recair na percepção da acumulação de capital cultural – seja ele internalizado, objetivado ou institucionalizado – é necessária a apreciação dos outros tipos de capital (social, econômico e simbólico), para compreender melhor as origens do capital relacionado ao conhecimento.

Para compreender o lócus onde ocorre a acumulação a partir do engajamento da militância, o capítulo seguinte busca fazer um mapeamento do

campo ambiental a partir das macro-tendências do movimento ambientalista e considerações acerca de como os indivíduos interagem com ele.

Capítulo 2 – Descrição do campo ambiental

2.1 As matrizes do movimento ambientalista

Usando o conceito de “campo” estamos nos remetendo à obra de Bourdieu, pensando o campo ambiental como um espaço social configurado através da concorrência entre diversos agentes na busca pela legitimação de seus pressupostos acerca de como lidar com as questões ambientais. Desta forma, concordamos com a concepção de Isabel Carvalho sobre o campo ambiental:

Tomamos aqui a acepção de *campo social* em Bourdieu para pensar a formação de um campo ambiental como um espaço de relações sociais e histórias onde se produz e reproduz a crença no valor da natureza como um Bem que deve ser preservado, acima dos interesses imediatos das sociedades. O campo ambiental se constitui, portanto, na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. Em torno desta problemática fundamental, o campo ambiental vai produzir visões de mundo, um circuito de produção de conhecimento, um espaço de comunicação, e uma arena de ação política de movimentos, associações, corpo de especialistas, publicações formas próprias de manifestação da ação política de seus militantes, vocabulário de termos e conceitos para expressão de seu ideário, formas de pensar e etc. estas várias dimensões da configuração do ambiental podem ser concebidas como formas de estruturação do campo que, para se afirmar enquanto um sistema simbólico eficaz e estruturante de sentidos na sociedade necessita estar estruturado. (CARVALHO,2002a, apud Loureiro et al., 2009, p.88)

Compreendendo os limites desta pesquisa, não iremos realizar uma análise do campo ambiental, mas uma breve descrição a fim de tentar abarcar o espaço onde se concentram os embates vividos pelos militantes do movimento ambientalista. Como dito anteriormente, apesar de não ser o objetivo principal deste trabalho, conhecer o espaço de luta onde os sujeitos pesquisados estão inseridos é uma condição essencial para compreender suas práticas e discursos.

A priori é necessária uma breve contextualização do termo “movimento ambientalista”, ao qual irei me reportar diversas vezes no decorrer deste trabalho. Segundo Acseirad (2010),

A noção de “movimento ambientalista” tem sido evocada, no Brasil, para designar um espaço social de circulação de discursos e práticas associados à “proteção ambiental”, configurando uma nebulosa associativa formada por um conjunto diversificado de organizações com diferentes graus de estruturação formal, desde ONG e representações de entidades ambientalistas internacionais a seções “ambientais” de organizações não especificamente “ambientais” e grupos de base com existência associada a conjunturas específicas. (p.103)

Assim, faz-se necessária uma discussão sobre as diferentes correntes que compõe o movimento ambientalista brasileiro. Dentro deste contexto de inúmeras práticas e discursos é possível citar como exemplos:

- a) os movimentos especificamente conservacionistas orientados para lutar contra a depleção e pela utilização racional dos recursos naturais;
- b) os movimentos preservacionistas que se dirigem no sentido de preservar a flora e fauna de ambientes naturais, como parques e reservas;
- c) os movimentos ambientalistas que se dedicam especificamente à luta contra a poluição urbana e rural;
- d) os movimentos que lutam contra a energia nuclear;
- e) os movimentos em favor da tecnologia apropriada, que pretendem criar nichos socioeconômicos de utilização de tecnologias de baixo impacto social;
- f) os movimentos em prol do saneamento básico (água potável, esgoto, lixo), considerados como parte fundamental do ambientalismo dos países pobres;
- g) os movimentos orientados para o desenvolvimento humano, como os setores mobilizados em prol da valorização de terapias de saúde alternativas como a homeopatia, acupuntura, ioga, tai chi chuan, em escolas, comunidades, bairros e hospitais;

- h) os movimentos de ambientalistas preocupados com a salvaguarda da paz nos contextos locais e globais
- i) os movimentos ambientalistas liderados por mulheres que associam a questão ambiental à valorização da sensibilidade feminina e à inclusão dos direitos a um tratamento diferencial para a sua condição de oprimidas pela lógica da produção masculina; e
- j) os movimentos ambientalistas dos atingidos por barragens e obras públicas de grande impacto, bem como esses movimentos associados a seringueiros, índios e comunidades rurais que se destacam por tematizarem questões incomuns à lógica da produção de mercadorias das sociedades urbano industriais.

(VIOLA, 1992 apud AGRIPA, 2012, p. 28-29).

Existem algumas possibilidades para incorrer na tentativa de um recorte das correntes ambientalistas (HANNIGAN, 2009; ALIER 2007; DIEGUES 2001, VIOLA,1992, entre outros), mas irei me ater a sugerida pelo economista ecológico espanhol Juan Martínez Alier no livro *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração (2007)*. Apesar de debruçar-me sobre a realidade específica dos militantes do Rio de Janeiro, acreditamos que o olhar conceitual do autor nos serve como plataforma para uma macro descrição do campo ambiental. Alier (2007) discorre sobre o que considera as três principais correntes do movimento ambientalista: *o culto ao silvestre; o evangelho da ecoeficiência; e o ecologismo dos pobres*.

O “*Culto ao Silvestre*” seria a primeira forma de ambientalismo, tendo seu a mais de cem anos, representado inicialmente por John Muir e o Sierra Club dos Estados Unidos, constituindo-se basicamente como o amor e defesa à natureza intocada. Cerca de cinquenta anos depois, Aldo Leopold direciona o olhar não apenas para a beleza da natureza selvagem, mas também para a ciência da ecologia.

Sua base científica é a biologia conservacionista que se desenvolve desde 1960. Segundo Hannigan (2009), a biologia da conservação, enquanto ciência aplicada, estuda a biodiversidade e as dinâmicas de extinção, tornando-se uma especialidade acadêmica no final dos anos de 1970. O biólogo

conservacionista tem o papel de fornecer *as ferramentas intelectuais e tecnológicas que vão anteciper, prevenir minimizar e/ou reparar prejuízos ecológicos* (SOULÉ e KOHM, 1989, apud, HANNIGAN, 2009, p.180).

A grande questão da corrente conservacionista para nossa discussão é que ela não se apresenta contrária às regras da sociedade capitalista, tentando apenas ajustar-se em função dela. A indústria e o processo de urbanização não são questionados, assim como o crescimento econômico. Em termos práticos, compreende-se como um esforço paliativo que no máximo conseguirá desacelerar a devastação causada pelo mercado.

O “culto ao silvestre” não ataca o crescimento econômico enquanto tal. Até mesmo admite sua derrota na maior parte do mundo industrializado. Porém, coloca em discussão uma “ação de retaguarda”, que nas considerações de Leopold visam a preservar e manter o que resta dos espaços da natureza original situados fora da influência do mercado. (ALIER,2007, p.22)

Uma questão importante que concerne a esta vertente é o apelo que pode fazer para as questões religiosas. Segundo Alier (Ibidem), duas coisas são notórias a partir da sacralidade atribuída à natureza: o *papel real da esfera do sagrado em algumas culturas além de contribuir para esclarecer um tema central na economia ecológica, a saber, a incomensurabilidade de valores* (p.23). Como veremos a seguir, o conservacionismo não é uma corrente ambientalista isolada, tendo vinculações com a corrente que prega o evangelho da ecoeficiência.

O “*Evangelho da Ecoeficiência*”, por sua vez, é a que domina os debates e práticas, justamente por ser a que se articula melhor aos interesses capitalistas, sendo apropriada diretamente por eles. Está atenta aos impactos ambientais e riscos à saúde humana decorrentes da forma como a sociedade moderna se organiza. Assim sendo, cria formas de minimizar os problemas ambientais, mas ainda sim dentro de uma lógica de mercado. Surgem termos como: “desenvolvimento sustentável”, “modernização ecológica” e “boa utilização dos recursos”. *Efetivamente, a “ecoeficiência” tem sido descrita como “o vínculo empresarial com o desenvolvimento sustentável”* (p.28). Esse

discurso capitalista é facilmente desmascarado quando se referem à natureza utilizando expressões como “recursos naturais”, “capital natural” e “serviços ambientais”.

Remetendo o discurso dessa vertente à teoria de Bourdieu é necessário ter clareza sobre como este jogo de palavras tão (des)agradáveis e (des)interessantes atua na formação do senso comum para se pensar o meio ambiente. Segundo o autor, *quando se trata do mundo social, as palavras criam as coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, a doxa aceita por todos como dada.* (1996, p.127).

Esse jogo de palavras é impulsionado pelas necessidades do mercado neoliberal, criando um consenso acrítico que ronda grande parte da sociedade, contribuindo para a manutenção do status quo.

Segundo Acselrad et al. (2009), o termo “modernização ecológica” ficou conhecido por assinalar estratégias de caráter neoliberal para enfrentar impasses ecológicos desconsiderando sua vinculação a questões de ordem social. *A estratégia da modernização ecológica é aquela que propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à na colaboração e no consenso.* (idem, p. 14).

Loureiro e Layrargues (2013), sobre o pensamento ambientalista da modernização ecológica, afirmam que tem como premissas pensar:

a) a natureza como composta apenas por recursos naturais (destituída de componentes socioculturais); b) a existência de problemas ambientais (e não de conflitos socioambientais); c) o enfrentamento de tais “problemas” por meio de medidas administrativas e tecnológicas (e não por meio de processos políticos), uma vez que se considera tratar de desperdício ou escassez de recursos ambientais (e não do acesso e uso desigual dos bens ambientais.) (p.229)

Como exemplo de uma das grandes expressões práticas desse movimento, podemos citar a reciclagem, que aparentemente traz inúmeros benefícios para o planeta – pelo menos em seu discurso oficial. Em um brilhante texto chamado “*O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da lata de alumínio e sua implicação para a educação ambiental*” (2002), Philippe

Pomier Layrargues contesta veementemente os argumentos trazidos em prol da reciclagem (no caso, das latas de alumínio). Além de trazer dados que aniquilam com a suposta mágica da reciclagem, seu texto propicia pensarmos como o discurso da ecoeficiência se articula. Segundo o autor, o discurso oficial tende a ver o problema do lixo como uma questão de ordem técnica.

A posição do discurso oficial é moderada e conservadora, na medida em que qualifica o consumo como insustentável, pressupondo, assim, a possibilidade da existência de um consumo sustentável. O consumo sustentável é propiciado pela aliança da reciclagem com as tecnologias limpas e eficientes. A ideologia hegemônica permite a crítica ao consumo insustentável porque hoje existe um consumo sustentável; no entanto, não se permite a crítica ao consumismo, pois a frugalidade representa uma subversão perigosa demais ao sistema econômico dominante. (p.5)

O credo na ecoeficiência se estrutura a partir de medidas, sobretudo pautadas em respostas tecnológicas aos problemas, que não vão de encontro aos interesses do mercado. Por se articular desta maneira, omite-se em relação aos problemas de cunho social. Como aferimos anteriormente, se relaciona com a primeira corrente citada, o culto ao silvestre. Segundo Alier (2007),

(...) ao afirmar que as mudanças tecnológicas tornarão compatível a produção de bens com a sustentabilidade ecológica, enfatizam a preservação daquela parte da natureza e que, ainda, se mantivera fora da economia. Nessa perspectiva, “o culto ao silvestre” e “o credo da ecoeficiência” dormem juntos. (p.33)

A proliferação dessas correntes, principalmente a da crença na ecoeficiência, ocorre, também, em função de uma série de estratégias por parte dos que produzem os riscos ambientais, que “maquiam” os reais problemas. Como exemplo podemos refletir sobre como a *desinformação organizada* causa na população uma “expropriação de sentidos” (Cf. Acselrad et al, 2009)

A última vertente trazida por Alier (2007), o “*Ecologismo dos Pobres*”⁷ (que neste trabalho também chamaremos de movimento por justiça ambiental) é a que nos ateremos com maior ênfase justamente por representar o contexto em que estão inseridos os sujeitos dessa pesquisa. Diversos autores (ALIER 2007, HANNIGAN, 2009, ACSELRAD et al, 2009) apontam seu surgimento nos anos de 1980, nos Estados Unidos. Como observa Hannigan (2009), não surgiu do dia para noite:

Ao contrário, foi resultado da hostilidade crescente dos negros urbanos nos Estados Unidos, contra a instalação de aterros sanitários, incineradores de lixo e coisas do gênero, nos bairros e comunidades com populações predominantemente minoritárias. Na década de 1970 isto foi confinado principalmente ao local de contexto, mas depois de uma década se espalhou para um cenário mais amplo, à medida que a luta pela equidade ambiental se apresentou como uma luta contra o “racismo ambiental”. (p.79)

Segundo Acselrad et al (2009), o reverendo Benjamin Chavis cunhou a expressão “*racismo ambiental*” para designar “*a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos a comunidades de cor*”. (p.20). Como demonstra o autor, o termo é idealizado após uma pesquisa realizada por Robert D. Bullard em 1987, solicitada pela Comissão de Justiça Racial da United Church of Christ. A pesquisa deixou claro que a proporção de minorias étnicas era maior em comunidades que abrigavam depósitos de resíduos perigosos, sendo o fator “raça” o indicador mais forte na correlação entre o lugar habitado e onde existem os depósitos de resíduos tóxicos. O termo “racismo ambiental” evidencia, entre outras coisas, que:

A viabilização da atribuição desigual dos riscos se encontra na relativa fraqueza da política dos grupos sociais residentes nas áreas de destino das instalações perigosas, comunidades ditas “carentes de conhecimento”, “sem preocupações ambientais” ou “fáceis de manejar”, na expressão dos consultores detentores da ciência da resistência das populações à implantação de fontes de risco (Idem, p. 21)

⁷ Que tem, segundo o próprio autor, como sinônimos “Ecologismo popular”; “Movimento de justiça ambiental”; “Ecologismo da livelihood”; “Ecologismo do sustento”; “Ecologismos da sobrevivência humana e Ecologia da Libertação.

Dado o processo histórico de formação do Brasil e diversos outros fatores, não faltam casos de racismo ambiental. Grandes metrópoles com seus depósitos de lixo localizados em áreas pobres e de maioria negra, comunidades pobres que sofrem com os resíduos do lixo industrial e etc. Um caso interessante é o do município de Sorriso, situado no Estado do Mato Grosso. Suas terras, localizadas no Planalto de Pereci, que inicialmente eram ocupadas pelo povo indígena Kayabi tem seu processo de “apropriação pelo homem branco” marcado por casos de racismo ambiental (também o preconceito racial diretamente). Após muitos índios serem dizimados, as empresas que vendiam os lotes sugeriam aos colonos que não utilizassem mão de obra negra. Por ter um custo menor que os trabalhadores sulistas, muitos não acataram. Os “gaúchos” eram recebidos em lotes bem cuidados, enquanto, para os negros, foi criado um novo bairro isolado. (Cf. Pacheco, 2006)

Conforme afirma Alier (2007), esta corrente aponta que o crescimento econômico suscita maiores impactos ao meio ambiente, atentando para o deslocamento geográfico tanto das fontes de recursos naturais quanto para as áreas de descartes de resíduos. Os países industrializados aumentam cada vez mais o número de importações de matérias-primas e bens de consumo dos países do sul, acarretando impactos desproporcionais (às populações carentes) que não conseguem ser solucionados pela política econômica ou por inovações tecnológicas. *Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo injustiça ambiental.* (Acselrad et al, 2009, p.9)

A partir da definição de injustiça ambiental formulada acima, começamos a pensar o campo ambiental nos termos da teoria de Pierre Bourdieu, brevemente descrita no capítulo anterior. Quando se fala em menos recursos financeiros, políticos e informacionais, podemos remeter à falta de capital econômico, social e cultural. O campo ambiental, não apenas como resultado de condições objetivas, mas permeado por disputas simbólicas, apresenta-se como um espaço em que, por serem desprovidas de capital simbólico (ou a falta de trunfos no “jogo”), as populações excluídas tornam-se vulneráveis às

mazelas ambientais da sociedade capitalista. Em breve, ainda neste capítulo, serão feitas ponderações mais incisivas sobre as relações entre a teoria bourdieusiana e o campo ambiental, sobretudo a partir do conceito de habitus para que seja possível discutir como se dá a inserção do indivíduo dentro das diferentes correntes ambientalistas.

Retomando a concepção do “ecologismo dos pobres” segundo Alier (2007), existem algumas considerações que ainda devem ser feitas. Uma delas é que diferente do discurso de sustentabilidade promovido pelo capitalismo, como necessários às futuras gerações, funda-se no direito dos humanos pobres de hoje. Por fundir-se com as questões sociais, recebe apoio da agroecologia, ecologia política, ecologia urbana, etnoecologia, economia ecológica. Esse amplo escopo de atividades e discussões que nutrem por diferentes aspectos o movimento de justiça ambiental, ganham força em todo mundo à medida que o ideário neoliberal de desenvolvimento se perpetua, aumentando os danos ao meio ambiente e, por conseguinte, ampliando as áreas de conflitos ambientais, que podem ser compreendidos como:

Aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, apud ZHOURI 2007).

Outro elemento que ganha destaque a partir da abordagem ambiental feita pelo ecologismo dos pobres é a denuncia que faz ao papel da tecnologia dentro do discurso da ecoeficiência. A tecnologia aparece como uma das garantias do discurso hegemônico para remediar os danos causados pelo desenvolvimento. O movimento de justiça ambiental alerta para o fato de que muito já foi perdido até que o auxílio tecnológico consiga minimizar os impactos, além dos perigos ligados às novas tecnologias, como é o caso do lixo radioativo e das sementes transgênicas.

Sobre a questão tecnológica, existe uma corrente que não se enquadra especificamente dentro do ambientalismo, mas faz considerações pertinentes a respeito do tema, o “Movimento CTS” (Ciência – Tecnologia - Sociedade).

Segundo Auler e Bazzo (2001), nas décadas de 1960 e 1970, a degradação ambiental e o desenvolvimento científico e tecnológico vinculados à criação de armamento bélico (bombas atômicas, napalm e etc.) resultaram em um olhar mais crítico para a ciência e tecnologia. Começa a ser questionado o modelo linear de desenvolvimento inerente aos países capitalistas, onde supostamente o avanço científico gera um aumento da tecnologia que por sua vez melhora a economia gerando um bem estar social. Dentro dessa concepção, a ciência e tecnologia encontram-se amparadas por alguns mitos: 1) Salvacionismo – a ciência como instrumento capaz de resolver todos os problemas da sociedade; 2) Tecnocracia – somente os que detêm o conhecimento científico estão aptos a tomar as decisões, pois estão capacitados a encontrar as melhores soluções; 3) Determinismo – ligado ao desenvolvimento linear, como se o desenvolvimento social dependesse dos avanços científicos.

O Movimento CTS, assim como o Movimento de Justiça Ambiental, questiona o papel social da ciência e tecnologia, refletindo sobre sua inserção no contexto das práticas capitalistas, pensando a respeito de outras possibilidades viáveis em prol de uma sociedade mais justa para todos.

O movimento pela justiça ambiental tem fornecido exemplos de ciência participativa (...) no Terceiro Mundo, a combinação da ciência formal com a informal, a concepção da “ciência com pessoas”, antes que uma “ciência sem pessoas”, caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas, com os quais a muito que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes. (ALIER, 2007, p.36)

O movimento de justiça ambiental apresenta-se como uma resistência ao evangelho da ecoeficiência, uma vez que refuta a ideia da racionalidade do mercado como o melhor regulador possível, através de ações racionais, para as problemáticas ambientais. Uma de suas principais questões é o rompimento com o pressuposto da degradação ambiental como resultado da ação humana de forma genérica onde são todos responsáveis dentro de uma mesma proporcionalidade (LIMA, 2004; Loureiro, 2004; ACSELRAD et al 2009), o que é típico do discurso neoliberal. O combate à opressão socioambiental tem como uma de suas necessidades fazer o endereçamento das instituições e atores sociais que são de fato responsáveis pelos danos ao meio ambiente.

Como podemos ver em Acselrad et al (2009), que a Rede Brasileira de Justiça Ambiental⁸ criou uma declaração que objetivou fazer uma definição do termo Justiça Ambiental como o conjunto de práticas e princípios que:

- asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, decisões de políticas e programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
- asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
- asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso de recursos ambientais, a destinação de rejeitos e a localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
- favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (p.41)

É nesse contexto de luta e opressão que o ecologismo dos pobres se desenvolve e, por conseguinte, é o espaço onde estão inseridos os militantes que são o alvo desse trabalho.

Em uma breve síntese sobre as três correntes propostas por Alier (2007) como as grandes matrizes do movimento ambientalista, destacamos algumas de suas principais características. O primeiro, chamado de *culto ao silvestre* está ligado à biologia conservacionista, busca preservar a natureza sem entrar

⁸ Criada a partir do Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania, em 2001, que contou com a presença de diferentes movimentos sociais, pesquisadores e representantes do Movimento de Justiça Ambiental dos EUA.

em atrito com as imposições do modo de produção capitalista, ou seja, tenta preservar espaços de natureza silvestre que ainda não sofreram influência do mercado. Já o *evangelho da ecoeficiência* marca, até certo ponto, a aliança entre as questões ambientais e as estratégias de mercado. Defende o desenvolvimento econômico, mas não a qualquer custo, adotando conceitos/estratégias como o “desenvolvimento sustentável” e a “modernização ecológica”. Em comum, as duas correntes citadas, tem o fato de não adotarem uma postura contra-hegemônica. Por fim, o movimento de justiça ambiental, que cresce à medida que se desenrolam questões de degradação ambiental associadas à desigualdade social, que impactam prioritariamente grupos sociais desprovidos de capital simbólico, os quais em sua grande maioria vivem em uma condição de opressão e privação de serviços básicos para sobrevivência. Essa condição de injustiça ambiental faz com que brotem os conflitos ambientais em suas respectivas trincheiras, em diferentes níveis de organização (local, regional, nacional e global), culminando em discursos e práticas desafiadores da ordem vigente.

O quadro teórico proposto por Alier (ibdem), auxiliado por outros autores, nos parece suficiente para fazer uma descrição geral das correntes que compõem o campo ambiental, haja vista que o foco desta pesquisa recai sobre os militantes. Mais uma vez deixamos claro que a premissa deste trabalho não está em fazer uma análise detalhada do campo, principalmente com a profundidade que Bourdieu insistia que as pesquisas a cerca de um campo específico deveriam ser feitas. Mas a descrição do espaço de luta é importante, como afirmamos anteriormente, para ampliar as percepções sobre as práticas e posicionamentos dos indivíduos.

No momento a seguir buscaremos realizar uma reflexão acerca das semelhanças que podemos estabelecer entre a educação ambiental e os diferentes discursos ambientalistas. Aproveitamos para situar o que chamamos de Educação Ambiental Crítica.

2.2 Considerações sobre as relações entre Educação Ambiental e o Campo Ambiental

Se tratando de uma pesquisa na área de educação ambiental, por mais que não seja seu foco principal, faz-se necessário um breve panorama sobre o que compreendemos como educação ambiental, sobretudo para distinguir o que chamamos de Educação Ambiental Crítica e como ela se articula com esse trabalho. A distinção é essencial a partir do momento em que consideramos o termo educação ambiental como polissêmico (RUSCHEINSKY, 2004)

Conforme afirma Lima (2004), existem duas grandes matrizes conceituais que polarizam o torno do debate de educação e de sustentabilidade, sendo elas, as tendências com um viés transformador/complexo e as que possuem uma tendência voltada para uma abordagem conservadora/reducionista. Loureiro (2004b), em sintonia com a questão da divisão da educação ambiental em duas tendências, chama a primeira de conservadora/comportamentalista, caracterizando-a por:

propostas que implicam no reformismo superficial das relações sociais e de poder, não raramente reforçando situações de alienação e subordinação; pouca ênfase nos aspectos políticos da ação pedagógica; dicotomização das dimensões naturais e sociais, diluindo a especificidade das sociedades humanas na natureza; sobrevalorização das soluções tecnológicas, subjetivistas e da aprendizagem experimental; e ênfase na educação como processo comportamentalista e moral. (p.38)

A outra tendência, a qual define como emancipatória/crítica, é assinalada da seguinte forma:

pela politização e publicização das questões ambientais, entendidas como inerentemente sociais e históricas. Esta também se define pela valorização da democracia e do diálogo na explicitação dos conflitos ambientais, em busca de alternativas que considerem o conhecimento científico, as manifestações culturais populares e uma nova ética nas relações sociedade-natureza pautada e construída em processos coletivos de transformação social, enquanto condição básica para se estabelecer patamares societários que requalifiquem nossa inserção na natureza. Pensa a relação cultura- natureza sem estabelecer dualismos ou diluições da natureza humana na natureza (enquanto totalidade). É um bloco normalmente inspirado na pedagogia freireana ou histórico-crítica, na dialética marxista, na Teoria da Complexidade, na Ecologia Política e no ambientalismo radical. (p.39)

Podemos destacar uma terceira corrente, que segundo Layrargues e Lima (2011) deriva da educação ambiental conservadora, chamada de

pragmática. Começa focada nas ações relacionadas ao lixo, como reciclagem e coleta de resíduos, mas converge para a ideia de consumo sustentável, afastando-se da ideia ecológico-conservacionista, aproximando-se da esfera do consumo e produção.

A vertente pragmática de Educação Ambiental representa, nesse sentido, uma forma de ajustamento ao contexto neoliberal de redução do Estado à sua dimensão mínima, que afeta o conjunto das políticas públicas e sociais, entre as quais figuram as políticas ambientais. Essa Educação Ambiental será a expressão do Mercado, na medida em que ela apela ao bom-senso dos indivíduos para que sacrifiquem um pouco do seu padrão de conforto e convoca a responsabilidade das empresas para que renunciem a uma fração de seus benefícios em nome da governabilidade geral. (idem,p.10)

Com essa definição sobre esses grandes blocos que compreendem a educação ambiental, torna-se possível, através da discussão realizada no item anterior sobre as diferentes correntes ambientalistas, fazer uma correlação entre as práticas e discursos ambientalistas e as práticas e discursos da educação ambiental.

O *culto ao silvestre* e a *ecoeficiência* estão associados à corrente chamada de conservadora. Como discutido anteriormente, ambos tem em comum o consentimento que dão ao capitalismo a partir do momento em que não são contrários com suas estruturas fundamentais, aceitando seu jogo e, dessa maneira, tentando tirar o maior proveito possível dentro de suas regras. Por aceitar as regras do jogo, a educação ambiental de característica conservadora, segundo Guimarães (2004), tende a refletir seus paradigmas, privilegiando o individualismo, a racionalização, o aspecto cognitivo, a disciplinaridade e a descontextualização do local em relação ao global.

Um dos trabalhos típicos em educação ambiental conservadora são os associados à questão da reciclagem, que tivemos a oportunidade de questionar no item anterior através das considerações de Layrargues (2002). O autor, além do que foi abordado anteriormente, também faz considerações sobre a prática adotada nas escolas, questionando a forma como são implementadas de maneira reducionista apesar da complexidade do tema, onde é desenvolvida apenas a Coleta Seletiva, sendo deixada de lado a reflexão

crítica que poderia ser feita no que tange aos *valores culturais da sociedade de consumo, do consumismo, do industrialismo, do modo de produção capitalista e dos aspectos políticos e econômicos da questão do lixo.*

Seguindo essa mesma tendência de práticas de educação ambiental conservadoras e reducionistas, temos um exemplo recorrente no Rio de Janeiro. São as ações (supostamente educativas) de limpeza de praia que consistem basicamente em recolher o lixo, argumentando que isto supostamente gera uma “consciência ambiental”, além da limpeza do espaço. Normalmente são apoiados por organizações não governamentais e até mesmo empresas de grande porte, muitas vezes as maiores poluidoras do meio ambiente, que patrocinam esses eventos em troca de grande exposição midiática. Deste modo, falta a compreensão de que o lixo é gerado pelo consumo, que por sua vez suscita produção, feita com matérias primas que são frutos de saques insustentáveis às condições de regeneração do planeta. Esta abordagem trata as questões de forma unilateral, colaborando para a despolitização do debate socioambiental, contribuindo para a formação de visão alienada dos problemas (sócio)ambientais.

Esses são apenas dois exemplos dentre os muitos possíveis para realizarmos correlações entre as práticas conservadoras de educação ambiental e as correntes ambientalistas ligadas ao discurso capitalista.

Em contrapartida à educação ambiental conservadora, temos a educação ambiental crítica, que segundo Carvalho (2004) deve formar:

[...] um tipo de subjetividade orientada por sensibilidades solidárias com o meio social e ambiental, modelo para a formação de indivíduos e grupos sociais capazes de identificar, problematizar e agir em relação às questões socioambientais, tendo como horizonte uma ética preocupada com a justiça ambiental. (p. 19)

Essa consideração feita por Isabel Carvalho parece ser a ideal para situar a educação ambiental crítica como um pressuposto/desenrolar educacional para o movimento de justiça ambiental. Neste trabalho compreende-se (e busca-se evidenciar através do estudo de trajetória dos

militantes) a possibilidade de uma práxis educativa transformadora, formadora da subjetividade discutida por Isabel Carvalho, realizada a partir da luta política e embates vividos dentro do campo ambiental. Nesse sentido concordamos com Loureiro (2004b) ao afirmar que:

A práxis educativa transformadora e ambientalista é, portanto, aquela que fornece as condições para a ação modificadora e simultânea dos indivíduos e dos grupos sociais; que trabalha a partir da realidade cotidiana, visando à superação das relações de dominação e de exclusão que caracterizam e definem a sociedade capitalista globalizada. (p.40)

Essa perspectiva da educação ambiental crítica tem o caráter do que Peter Mc Laren e Ramin Farahmandpur (2002) chamam de *pedagogia revolucionária*. Segundo os autores, a pedagogia revolucionária tem como objetivo transformar as relações econômicas e sociais, encorajando grupos sociais marginalizados a criticar e transformar relações sociais capitalistas de produção (p.93).

Sobre a educação ambiental crítica e o movimento de justiça ambiental, Loureiro e Layrargues (2013) apontam para um sólida perspectiva de convergência, baseada nos vetores de compartilhamento de elementos e complementariedade. Ambos denunciam as contradições do desenvolvimento capitalista, constituindo-se em uma força política contra-hegemônica de resistência.

Por sua vez, a complementariedade entre os dois campos sociais remete às particularidades de cada um que se projetam como relações dialéticas, beneficiando-se mutuamente: enquanto o caráter educador e emancipatório da vivência cidadã no enfrentamento político da injustiça socioambiental está implícito nos movimentos de justiça ambiental, convocando princípios básicos da educação ambiental crítica, essas mesmas lutas contra a injustiça ambiental são a práxis por excelência da educação ambiental crítica. Elas não só fornecem o substrato argumentativo necessário para a educação ambiental crítica problematizar, nos seus processos pedagógicos, as contradições do sistema político-econômico atual, como também se constituem o contexto ideal para sua intervenção político-pedagógica numa realidade que se quer transformar” (idem, p.218)

Através desta perspectiva, rompe-se com a lógica da educação a partir de instituições formais de ensino, vemos a necessidade de pensar as possibilidades de “conhecer” propiciadas pelo dia a dia das pessoas que encontram o sentido de suas vidas através da luta. Os obstáculos que surgem não lhes dão alternativa a não ser aprender o que é preciso e encontrar/criar as estratégias necessárias para superá-los. Essa condição que emana, no caso dos nossos pesquisados dos conflitos ambientais, é uma condição que torna o aprendizado significativo em suas trajetórias.

Daí nossa consideração de que a prática militante é um movimento de acumulação de capital cultural. Não somente de capital cultural, mas também de capital social, culminando para a acumulação de capital simbólico, representando um salto qualitativo na vida dessas pessoas.

2.3 Relações entre os indivíduos e o campo ambiental

Este item ganha respaldo especial a partir das considerações feitas por Loureiro et al. (2009) no texto *Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental*. Os autores questionam a denominação “ecologismo dos pobres” atribuída por Alier (2007) em dois pontos: o primeiro refere-se à complexidade de encontrar uma definição para pobreza; o segundo, por sua vez, por sugerir implicitamente que os indivíduos em posição de pobreza estão ligados a atuar nessa corrente permitindo a suposição de que todo ecologismo praticado pelas classes populares está relacionado a uma luta por justiça ambiental. Partindo dessas considerações, perguntam-se: *por que o denominado “pobre” adota as correntes ambientalistas dominantes quando é o maior prejudicado pelos danos ambientais?*

Apropriando-se do mesmo referencial teórico que utilizamos nessa pesquisa (Bourdieu) os autores acreditam que ao adotar uma corrente dominante os indivíduos estão realizando um ato de diferenciação social, sentindo-se incluídos, resultando em maiores possibilidades de ascensão na escala social.

Como consequência, a luta ecológica e por dignidade de vida para muitos acaba por desembocar na busca por aquisição de

capital econômico, pois as entidades ambientalistas atualmente ocupam um importante nicho de mercado; ou então porque em muitas situações, uma luta (seja ambiental ou não) serve de trampolim político para seus “militantes”. (Loureiro et al,2009, p.85)

Pensar na “militância” como uma prática que se configura em uma tentativa de aquisição de capital econômico foi o que gerou a necessidade de buscar definir os militantes pesquisados como para além desta condição. De fato, o intuito é perceber as possibilidades de acumulação de capital (todas as espécies) no contexto de uma luta contra-hegemônica, transformadora e de justiça ambiental.

Para pensar como molda-se o militante com o qual estamos lidando é necessário recorrer ao conceito de *habitus* cunhado por Bourdieu, o qual discutiu-se no capítulo anterior. Considerando a perspectiva do *habitus*, partimos do princípio que a prática do sujeito é resultado de uma relação dialética entre a estrutura objetiva na qual está imerso e suas estruturas subjetivas. Por isso, quando pensamos em *habitus* não podemos considerá-lo como uma resposta definitiva à questão da prática, mas como uma tendência a ser seguida, como quando falamos em *habitus de classe*. Essa percepção de mutabilidade é extremamente importante para não recair em uma postura determinista que compreenda o sujeito como mero resultado de suas condições objetivas ou até mesmo como fruto apenas de suas escolhas.

Para Bourdieu, em momentos específicos, tais como crise econômica e de conflito político, o *habitus* pode perder sua coerência na mediação com as estruturas sociais, abrindo espaço para rearranjos das forças no espaço social, e como consequência, a possibilidade de uma reestruturação transformadora. (LOUREIRIO et al. 2009, p.)

Através dessa pesquisa é pretendido entender como uma situação de injustiça ambiental pode ser compreendida como um desses “momentos específicos” geradores de reestruturação transformadora no *habitus* de um indivíduo. É importante salientar que falamos em transformação por

compreendermos que ocorre um salto que se distancia do senso comum (*doxa*), no caso do campo ambiental, do discurso da ecoeficiência e da preservação da natureza, aproximando-se da justiça ambiental.

Reorganizando as ideias tratadas até o momento sobre o campo ambiental, foi feita uma discussão/descrição sobre/de um espaço social multifacetado que dentro de sua complexidade incorpora diferentes práticas e discursos. Para tal, pensamos este espaço social através do espaço de *campo* proposto por Bourdieu, um espaço social dotado de diversos agentes em diferentes posições que travam uma batalha em torno do poder de ser sua voz legítima.

Buscou-se fazer uma descrição do campo ambiental através de três vertentes de ambientalismo que Alier (2007) trata como as principais: *culto ao silvestre, evangelho da ecoeficiência e ecologismo dos pobres*. Após a discussão das três correntes é possível perceber que somente a terceira adota uma perspectiva contra-hegemônica, rompendo com as práticas e discursos da ideologia dominante.

A ideologia dominante, no que tange ao discurso ambientalista, atua com extrema força a partir das duas primeiras correntes citadas, contribuindo para formar a *doxa*, ou seja, uma ideologia da classe dominante que se impõe às outras transformando seu ponto de vista em um universal, uma verdade absoluta. Nessa conjuntura os indivíduos aceitam passivamente a ideologia dominante que se transforma em senso comum onde, no caso das problemáticas relativas ao meio ambiente, adotam o discurso de conservação da natureza e das estratégias neoliberais de apropriação do meio ambiente, principalmente através do ideário de sustentabilidade. Desta maneira é formulada uma visão de mundo (*habitus*) relacionada ao meio ambiente que contribui para a perpetuação dos problemas socioambientais.

O contraponto do *habitus* resultante da *doxa* é encontrado nos indivíduos inseridos no Movimento de Justiça ambiental que adotam discursos e práticas que chocam-se com a *doxa*, formando a tensão existente dentro do campo ambiental.

A partir do próximo capítulo, no qual serão analisados os militantes a partir das entrevistas realizadas, busca-se perceber como se forma um *habitus* contra-hegemônico a partir das tensões resultantes dos conflitos ambientais, além do processo de acumulação de capital resultante da participação das lutas que ocorrem dentro do campo e sua implicação na vida dos sujeitos.

Capítulo 3 - (Re)Conhecendo trajetórias militantes ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro.

3.1 Subsídios preliminares

Esta pesquisa, tendo como principal referencial teórico o francês Pierre Bourdieu, não poderia deixar de levar em conta as considerações que o autor faz a respeito do que é realizar uma entrevista. A partir dessas reflexões é possível compreender a profundidade subjetiva e objetiva que essa atividade assume. Talvez o trivial fosse deixarmos pra fazer essas considerações na introdução deste trabalho, no item referente ao referencial teórico metodológico, mas pelas reflexões de Bourdieu se aproximarem tanto da realidade dos pesquisados, foi pensado que por este ser o capítulo destinado a eles, teriam uma colocação melhor nesse momento.

Primeiramente, destacam-se as atividades de pesquisa como *relações sociais* (Bourdieu, 2011) e, como tal, mesmo que não seja o interesse de uma pesquisa científica, podem assumir, mesmo que ingenuamente, uma configuração de violência simbólica.

Em decorrência da produção hegemônica, legitimada como superior, é gerada uma forma de hierarquia cultural onde certas culturas são consideradas como inferiores a outras. A esta imposição de uma cultura perante outra, Bourdieu atribui o nome de *violência simbólica*. Em *Coisas ditas (1990)*, afirma que este tipo de violência se exerce *dando formas*.

Dar forma significa dar a uma ação ou a um discurso a forma que é reconhecida como conveniente, legítima, aprovada, vale dizer, uma forma tal que pode ser produzida publicamente, diante de todos, uma vontade ou uma prática que, apresentada de outro modo, seria inaceitável (essa é uma função do eufemismo) (p.106).

O autor fala de uma dissimetria entre o pesquisador (que inicia o jogo e detém suas regras) e pesquisado, que pode ser ampliada se houver uma

dissimetria social, ambas ocasionando uma hierarquia no que diz respeito à acumulação dos diferentes tipos de capitais, principalmente o cultural.

O mercado dos *bens linguísticos e simbólicos* que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os linguísticos, dos quais estão dotados. (Ibidem, p.695)

Torna-se, para o autor, necessária reduzir a violência simbólica propiciada pela entrevista o máximo possível. *A proximidade e a familiaridade asseguram efetivamente duas das condições principais de uma comunicação não violenta* (Ibid, p.697).

De um lado, quando o interrogador está socialmente muito próximo daquele que ele interroga, ele lhe dá, por sua permutabilidade com ele, garantias contra a ameaça de ver suas razões subjetivas reduzidas a causas objetivas; suas escolhas vividas como livres, reduzidas aos determinismos objetivos relacionados pela análise. Por outro lado, encontra-se também assegurado neste caso um acordo imediato e continuamente confirmados sobre os pressupostos concernentes aos conteúdos e às formas da comunicação: esse acordo se afirma na emissão apropriada, sempre difícil de ser produzida de maneira consciente e intencional, de todos os sinais não verbais, coordenados com os verbais, que indicam quer como tal o qual enunciado deve ser interpretado, quer como ele foi interpretado pelo interlocutor. (Ibid)

Por fim, sem estender em demasia esta discussão, essas duas condições fazem, segundo Bourdieu, com que as perguntas não assumam um tom ameaçador ou agressivo, *porque seu interlocutor sabe perfeitamente que eles compartilham o essencial do que elas o levarão a dizer e, ao mesmo tempo, os riscos os quais ele se expõe ao declarar-se.*

Trazendo essas considerações para a pesquisa, os dois primeiros entrevistados possuem laços de amizade com o orientador deste trabalho, o que os tornou extremamente acessíveis. Os outros dois também foram contatados através da indicação de pessoas próximas, o que facilitou a aproximação. Além disso, quando explicava a proposta do trabalho, todos se sentiam à vontade para dar a entrevista, possivelmente por perceber que estavam sendo socialmente valorizados.

3.2 1ª Militante entrevistada – “Cresci achando que comunista comia criancinha”

A oportunidade de entrevistá-la surgiu em virtude de um convite para que ela fizesse uma apresentação para uma turma da disciplina Educação Ambiental e Cidadania (na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Por questões objetivas, aproveitamos este momento de disponibilidade e sugerimos que a pesquisa fosse realizada antes da conversa que teria com a turma.

A entrevista foi feita em um café localizado próximo a universidade, no bairro da Urca (RJ), tendo a duração de uma hora, documentada com um gravador. Apesar de ser um local público e próximo da rua, as interferências sonoras não atrapalharam a qualidade do áudio.

Inicialmente um breve resumo de sua biografia com o intuito de auxiliar o leitor a compreender sua trajetória de vida. Essa estratégia também é adotada nas próximas passagens.

Tem cinquenta anos de idade, vem de uma família de classe média baixa de imigrantes nordestinos (Cearenses), sua mãe era secretária e seu pai militar. Cresceu ouvindo que comunistas comiam criancinha, que o político Leonel Brizola era o demônio e que os militares salvaram o país.

Na adolescência vira “hippie de boutique”, passa a praticar Yoga, ser macrobiótica e acampar. Queria ser jogadora de Handball, mas teve esse sonho interrompido, pois, em decorrência de uma lesão que teve no joelho, descobriu que tinha um problema no coração que a impediria de jogar. A partir deste momento teve apenas duas opções: ir para a universidade, fato que ninguém na família havia conseguido, ou ir para a cidade de Três Corações em Minas Gerais viver em uma comunidade alternativa.

Opta por fazer faculdade e passa em Geologia, se diz apaixonada por pedras, mas sem saber explicar o porquê. Passado um tempo, resolver largar o

curso e passa para a graduação em História na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UFRJ. Não sabe ao certo o motivo da escolha, todavia afirma que era típico das famílias de classe média comprarem enciclopédias e que sua mãe tinha o hábito de ler, por conta dessa influência da mãe também passa a ler, atribuindo a isso o motivo da sua “paixão” por história.

Acredita que por não ter tido a oportunidade de jogar handball, direcionou sua necessidade de se movimentar para o aprendizado e a participação na luta de militância na faculdade. Foi do grupo que criou o Centro Acadêmico dos alunos do curso de História da UFRJ.

Resolveu ir para o mundo acadêmico, com a intenção de fazer mestrado e doutorado. Nesse momento conhece uma professora que chama de visionária, vinda da França com a ideia de “grupos de pesquisa”, que cria um núcleo de pesquisa do qual teve a oportunidade de participar.

Sua primeira aproximação com a questão ambiental ocorre quando dois alunos do curso de Ciências Sociais pedem que a professora que era coordenadora do núcleo de pesquisa colaborasse com um projeto de revista com a temática relacionada a entrevistas com lideranças indígenas. Apesar do apoio oferecido o projeto não prosperou. Em 1991 esses dois alunos em uma conversa afirmaram existir um fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais que estava organizando um fórum global que seria a sociedade civil mundial discutindo o meio ambiente em paralelo a Rio 92.

Sua visão sobre meio ambiente era, até então, vinculada a ideia de natureza, mas começa a se interessar e participa das reuniões do fórum, colocando seu núcleo de pesquisa (que possuía um viés pelos movimentos sociais) para fazer parte do evento. Participou de três tendas: Mulheres, Questões Urbanas e Educação Ambiental.

Começa a estudar a Educação Ambiental e sua visão acadêmica faz com que procure por muitos cursos. Mas ao mesmo tempo não deixa a militância de lado. Faz parte desde o início da Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA). Diz-se uma “militante de rede” e afirma que apesar de

muitos considerarem que esta é uma ideia ultrapassada, concorda com os teóricos que afirmam que a REBEA foi, durante um tempo, cooptada por um grupo hegemônico.

Alega que por ser oriunda da História, sabe fazer análises de conjuntura e sua militância vem com uma percepção indiciária dos fatos. Por ser de uma família que chama de muito alienada, fez vários cursos de formação política de diversos partidos com o intuito de “aprender as coisas”.

Nesse pequeno relato biográfico que deixou de fora algumas passagens interessantes que serão discutidas na continuidade deste trabalho, é possível notar questões muito relevantes, principalmente aos olhos de uma análise bourdieusiana.

Essa primeira entrevista que tem uma proposta de relato autobiográfico a partir da história oral, teve como um elemento importante de ser dito, o fato que em grande parte do tempo a entrevistada não falou de si, mas da rede de educação ambiental da qual participa, o que demonstra a forte ligação que possui com a causa pela qual luta. Lembramos que esse foi um dos fatores fundamentais discutidos no início dessa pesquisa quando tentamos delimitar o militante sobre o qual estamos nos propondo a falar.

No início da entrevista, conta de forma resumida sua origem familiar, explicitando em poucas palavras uma série de elementos passíveis de análise:

Família de imigrantes nordestinos, família dita classe média baixa, mãe secretária alienada e submissa, pai militar autoritário (...) cresci achando que comunista comia criancinha, cresci ouvindo que o Brizola era o demônio na Terra, cresci ouvindo que os militares salvaram o país. (Militante 1)

A força do discurso político que emprega na definição dos pais e de sua infância tem a possibilidade de ser interpretada como oriunda de um “*habitus* militante”. Como dito anteriormente, o militante é um sujeito que está diretamente inserido no processo de lutas, atuando como sujeito participante. Essa participação demanda fundamentalmente uma visão politizada de mundo que culmina nesse *habitus*, ou seja, esquemas de percepções e apreciações pautados pelo viés político, influenciando diretamente nas realizações de ações

práticas, como contar sua história de vida. Essa condição que assume faz com se transforme em um participante efetivo e saia de uma postura de mero consumidor das questões políticas. Mesmo possuindo, normalmente, um capital simbólico dentro do campo político menor que os eleitos para comandá-lo, também não assumem uma condição de espectadores.

O que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulada: o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção. (p.164)

No que diz respeito à sua condição de classe, podemos, a partir das contribuições que Nogueira e Nogueira (2009) trazem sobre a teoria de Bourdieu, ver que o autor, pensando a sociedade capitalista moderna, faz a divisão da burguesia em três frações: “pequena burguesia em declínio”; “pequena burguesia de execução”; “nova pequena burguesia” (Cf. Bourdieu, 1979).

Enquadramos a família da entrevistada, segundo a informação das profissões dos pais, dentro da “pequena burguesia de execução”, que pode ser compreendida como:

(...) constituída pelos empregados subalternos do terciário e pelos quadros médios dos setores público e privado (quadros administrativos, técnicos, professores, etc.) Essas frações caracterizam-se pela posse de um capital cultural que, embora maior do que o das frações anteriores, é menor do que aquele dos quadros superiores com quem mantém uma relação de tipo execução/concepção, donde sua dominação. Mas é a esse capital cultural que seus membros devem a posição que ocupam na estrutura social, e o fundamento das expectativas de elevação social que nutrem. (NOGUEIRA E NOGUEIRA, 2009, p. 63)

No caso em questão, percebemos que ocorreu uma elevação de capital cultural considerável da entrevistada em relação à sua família, sendo possível perceber a influência da mãe nas escolhas que dizem respeito a um caminho

acadêmico, até então inédito para todos os familiares, mesmo que ocorrido em meio a uma questão objetiva que impediu a realização de sua primeira intenção - jogar Handball.

[...] o que eu queria mesmo era jogar [handball], mas por um problema no joelho descobriram que eu tinha um problema no coração, que é de família... não está dando muito trabalho até hoje, mas aí eu não pude jogar. Fazer o que então da minha vida? Então eu tinha duas opções: ou eu iria pra universidade, caminho maravilhoso pra minha família, que veio debaixo. Nunca ninguém... fui a primeira a entrar na universidade de toda a minha família que veio do Ceará pra cá, ou iria pra Três Corações em Minas Gerais pra uma comunidade alternativa. Revolvi ir pra faculdade e passei em Geologia, sou apaixonada por pedras também sabe-se lá o porquê, só que eu larguei a Geologia e fui fazer História. (...) Na minha época era clássico das famílias de classe média comprarem enciclopédias nas bandas de jornal...minha mãe lia muito e eu lia muito por conta dela. Acho que foi por causa disso que eu comecei a me apaixonar por História e entrei na universidade. (Militante 1)

Nesse trecho da entrevista é possível observar como atribui à mãe sua escolha, assim como revela-se um *habitus* de classe a aquisição de enciclopédias, ou seja, o capital cultural em sua forma objetivada, como vimos anteriormente. Nota-se que a mãe possivelmente possuía relações com conhecimentos socialmente legitimados como importantes a partir do seu gosto pela leitura das enciclopédias, ocasionando a criação da filha em um ambiente permeado por estes saberes, que influenciaram suas ações práticas. Seu êxito no contexto escolar (incluindo o ensino superior) certamente teve influência no gosto pela leitura herdado da mãe.

Para Bourdieu a aquisição de capital cultural ocorre desde a mais tenra idade, no berço das relações familiares.

[...] cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistema de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre coisas, as atitudes face ao capital cultural e à instituição escolar. A herança cultural, que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente, pelas taxas de êxito (Bourdieu, 2002, p.41-42).

Passar para a universidade foi um experiência diferente, principalmente por não possuir uma noção prévia do mundo acadêmico a partir de uma vivência familiar, lembrando que foi a primeira a galgar uma posição nos quadros de uma universidade.

[...] Aí foi um baque eu entrar na UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro] no início da década de oitenta, início da redemocratização, e no IFCS na UFRJ, que você tinha os pseudo-revolucionários do curso de História, os louco-alucinados no curso de Ciências Sociais e os que andavam nas nuvens no curso de Filosofia. Aí me cai uma suburbana de Cascadura, classe média baixa que ia pra faculdade de trem lá. Então pra mim foi um baque total. (Militante 1)

Esse desconforto assemelha-se, nas devidas proporções, ao sentido por Bourdieu, quando sai do interior da França e vai estudar na metrópole. Ocorre um choque entre o *habitus* e as condições que encontra nesse novo ambiente do qual passa a fazer parte, o que não ocorre, ou ocorre de maneira menos impactante, com indivíduos que vem de famílias que possuem um histórico nesses espaços de formação.

A entrevista nos revela o primeiro contato com a militância, que ocorre dentro da universidade e ela atribui a uma necessidade de se movimentar, o que é uma característica marcante da juventude.

Como eu não pude jogar, tudo isso eu joguei... assim, essa necessidade de me movimentar, de lutar, eu joguei na militância dentro da faculdade. Então eu fui do grupo que criou o centro acadêmico de história da UFRJ (...) aí eu fui pra militância total. (Militante 1)

Sua história de militância recebe uma guinada para a temática ambiental a partir do contato com dois estudantes do curso de Ciências Sociais que lhe falaram sobre um fórum que seria a sociedade civil discutindo o meio ambiente em paralelo à Rio 92. Segundo a própria, a visão que possuía de meio ambiente até então era de “*natureza*”.

eu comecei a me interessar por esse trem, e comecei a ir por minha conta nas reuniões do fórum de São Paulo e no Rio de Janeiro (...) aí eu comecei a me interessar por educação e

meio ambiente, daí a educação ambiental, aí eu soube que iriam ter várias tendas, uma eu soube que seria a tenda de educação ambiental, aí eu fui pro fórum global e participei de três tendas efetivamente: a tenda das mulheres, a tenda das questões urbanas (...) e a de educação ambiental. (...) Foi aí que eu procurei ler e estudar o que diabo era educação ambiental (...) (Militante 1)

Nesses trechos da entrevista encontramos momentos chave de sua trajetória como militante, atentando para como a inserção no contexto acadêmico foi um fator determinante. Sua relação com o campo ambiental ocorre a partir da sua inserção nas lutas políticas dentro do contexto de educação ambiental, onde os embates ocorrem sobretudo em uma perspectiva ideológica.

Como dito anteriormente, buscou-se uma opção metodológica onde o entrevistado tivesse abertura para contar sobre sua vida, justamente para propiciar as reflexões sobre as questões que iriam emergir, as quais, possivelmente, seriam as que considerava de maior relevância para expor. Como resultado, nesse primeiro contato, a militante pesquisada em cerca de três quartos da entrevista falou sobre a REBEA, não de sua trajetória especificamente. A condição de ter grande parte da sua militância atrelada a esse movimento é um dos fatores que possivelmente justifica sobrepô-la sobre sua trajetória.

Essa condição da militância que se mescla com a vida é justamente o fundamental do militante pesquisado nesse trabalho. Como veremos adiante, todos os outros entrevistados também deixam evidente essa questão.

3.3 2º Militante entrevistado – “Hoje eu me considero um PhD em Pó de Broca”

O segundo militante entrevistado tem valor importante para este trabalho por ser quem deu origem à ideia de pesquisar o tema, em uma conversa informal conforme é exposto na introdução dessa dissertação. A entrevista foi

realizada após uma reunião que estava tendo na sede de uma ONG no bairro Flamengo, localizado no Rio de Janeiro. Sua ligação sentimental com a causa que defende é muito visível, trata-se de um problema ambiental localizado onde morou praticamente durante toda sua vida. Conta sua trajetória com uma riqueza de detalhes muito interessante, trazendo elementos preciosos para a análise. Justamente por conta de ser tão minucioso, a entrevista se estendeu mais do que o previsto, durando aproximadamente uma hora e quarenta minutos.

Nascido em abril de 1963, morador da cidade de Duque de Caxias, tem sua história diretamente vinculada ao bairro conhecido como Cidade dos Meninos.

Seu tio, morador de Miguel Pereira, é convidado por Levi Miranda (fundador do Abrigo Cristo Redentor) para morar na Cidade dos Meninos e trabalhar no abrigo, por volta de 1945. Quando é deixado pela mulher, encontra-se em uma situação difícil, pois morava em uma casa de três quartos, mas não sabia realizar as atividades domésticas. Então, convida os pais do entrevistado e seus cinco filhos para morar com ele. Sua mãe era costureira e seu pai trabalhava no açougue como “desossador de boi”.

Em 1975 seus pais se separam e seu tio diz que ajudará a irmã a criar os filhos, nunca deixando interna-los no colégio interno da cidade, pois, segundo ele, isso era coisa de quem não tinha condições de criar os filhos. Até o 6º ano (antiga 5ª série) a mãe garantiu que estudassem em escola pública, mas a partir disso, estudar ficava mais difícil, pois a distância até a escola era maior e demandava gastos com transporte. A mãe dizia que teriam que trabalhar para continuar estudando.

Muito tempo depois completa os estudos através de supletivo. Ganhou bolsa na PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro), passou no vestibular da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), de uma faculdade comunitária em Duque de Caxias para fazer biologia. Com o advento do Enem cursa geografia (licenciatura) na Universidade Federal Rural - campus

de Nova Iguaçu. Opta pela geografia pois seus “gurus do meio ambiente” eram todos dessa área.

A bolsa na PUC foi ganha em decorrência de sua luta contra o Pó de Broca (da qual falaremos mais a frente), mas não chegou a concluir um semestre.

Na infância e juventude tinha tarefas relativas ao meio rural – cuidar da horta, capinar, trabalhar na lavoura e etc. Sua família não tinha televisão e era adolescente quando em 1977 conseguiram o primeiro fogão a gás.

Sua história de militância está diretamente ligada a fábrica de pó de broca que foi inaugurada na Cidade dos Meninos em 1949 e funcionou até 1960, fechamento que coincidiu com a mudança da capital do Rio de Janeiro para Brasília, o que, segundo ele, interferiu no desmonte da fábrica. Em 1984 um colega que trabalhava como ajudante de produção na Farmanguinhos (Instituto de Tecnologia em Fármacos, vinculado ao Ministério da Saúde) informa que o subproduto do pó de broca ficou para trás quando desativaram a fábrica e aquilo era perigoso.

Na década de 1980, através da igreja católica, mais precisamente de sua ala progressista, ligada à Teologia da Libertação, faz muitos cursos de formação política.

Em 1987 criam a associação de moradores da Cidade dos Meninos, inicialmente com a intenção para que um policial militar da banda da polícia fosse o presidente, mas o mesmo consultou seu comandante e foi informado que isso era um cargo político, comunista. Apesar de não se considerar uma pessoa com uma capacidade de aglutinar pessoas, aceita a tarefa de ser o presidente da associação de moradores.

Em 1988, um rapaz que morava no antigo depósito da fábrica volta para visitar a família e sua filha passa mal tendo crises convulsivas, mas melhora quando retorna para Realengo, o lugar que morava. A irmã desse rapaz dá uma entrevista para o Jornal Última Hora, dizendo que a sobrinha só passava

mal quando chegava lá. O jornalista chamou atenção para o fato falando sobre a produção de veneno.

A partir de então, a luta contra o pó de broca se intensifica, é convidado a participar do MUB – Movimento de União de Bairro *de Caxias*, da APEDEMA (Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente), funda a ONG ECOCIDADE, participa do CONEMA – Conselho Estadual de Meio Ambiente, entre outras atividades nesses quase 30 anos de militância.

A primeira consideração a ser feita, é sobre sua origem socioeconômica. Diferente da primeira entrevistada, na qual enquadrámos a origem dentro da “pequena burguesia de execução”, o segundo militante vem das classes populares, filho de uma costureira e um modesto funcionário de açougue.

A gente nem televisão tinha... nem televisão preto e branco tinha. Então o pessoal lá era muito humilde mesmo, era uma família da roça. Se não me falha a memória, eu já estava adolescente quando a gente conseguiu um fogão à gás (...) minha casa teve fogão à gás somente em 77, eu já tava com 13 pra 14 anos. (Militante 2)

Essa condição social, segundo Bourdieu, tende a interferir no processo de escolarização da prole, haja vista o baixo investimento que realizam. Segundo Nogueira e Nogueira (2009), o autor afirma que isso ocorre em decorrência dos seguintes fatores:

Em primeiro lugar, a percepção, valendo-se dos exemplos acumulados (...) de que as chances de sucesso escolar são reduzidas, faltam, objetivamente, os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho na escola. Isso tornaria o retorno do investimento muito incerto e, portanto, o risco muito alto. Essa incerteza e esse risco seriam ainda maiores pelo fato de que o retorno do investimento escolar se dá no longo prazo. Essas famílias estariam, em função de sua condição socioeconômica, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera, especialmente o adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho. (p.61)

Essas considerações trazidas pelos autores são endossadas pelo relato autobiográfico do militante aos fazer considerações sobre sua escolarização.

Ele [Tio] nunca deixou internar a gente no colégio interno, era orgulhoso pra caramba. Porque lá era o pessoal que não tinha condição de criar os filhos que internava (...) até o primeiro grau minha mãe garantiu que a gente estudasse em escola pública, tudo direitinho, e depois quando chegava no segundo grau ficava mais difícil, porque tinha que pagar passagem... não tinha colégio de segundo grau perto da gente. Aí a gente tinha que sair pra estudar ou no centro de Caixas ou em Xerém... ou em outro bairro lá que tivesse na época, eu não lembro qual. Eu sei que aí minha mãe falava que a gente ia ter que trabalhar pra pagar o estudo, mesmo que fosse em escola pública porque os gastos ficariam por conta da gente, por que pagar estudo pra cinco tava ficando difícil. (Militante 2)

Outro aspecto importante de ressaltarmos é a constituição de um *habitus* diferente dos indivíduos da cidade grande. Por exemplo, as demandas que recebia durante a infância e juventude eram típicas de uma vida rural. Na passagem que trazemos abaixo é importante atentar para a forma como valoriza o saber popular dos agricultores da região, o qual faz questão de deixar claro que não dependia de capital cultural institucionalizado. Estaria ligado diretamente ao capital cultural incorporado, através das experiências de classe, o qual se torna parte do *habitus*.

A gente só conseguia brincar depois das tarefas. Meu pai e meu tio davam tarefas... era cuida da horta, capinar, cuidar da lavoura (...) geralmente não era muito grande, mas todo mundo tinha um pouquinho, e a gente procurava não plantar sempre a mesma coisa por causa da rotação de cultura, que hoje o pessoal chama isso de agroecologia. A gente fazia isso na cidade dos meninos por um saber empírico do agricultor... que não era formado, diga-se de passagem. Não era engenheiro agrônomo que falava isso não. Tanto é que na Cidade dos Meninos, eu acho que a gente não teve nenhum engenheiro agrônomo. (Militante 2)

Durante a entrevista, existem dois momentos oportunos que trazem à tona a ligação com o lugar, propiciando elementos para a compreensão do engajamento militante através do sentimento de pertencimento, vinculado à constituição de sua identidade.

Tinha uma interação muito grande a vida da comunidade lá na Cidade dos Meninos. Então, por exemplo, eu conhecia todo mundo, todo mundo me conhecia (...) E foi nesse sentimento, que hoje eu posso dizer que é o sentimento de pertencimento a um lugar, que foi fazendo com que eu não quisesse mudar de lá. Então eu queria mudar a Cidade dos Meninos, ou seja, desenvolver a Cidade dos Meninos, e aí as ideias de

desenvolvimento eu te diria que são essas que são pregadas, esquecer aquilo que está dando certo e passar o carro, ou seja, fazer asfalto, tirar as residências, acabar com a produção orgânica e essas coisas todas. (Militante 2)

Eu não sei aonde é que teve uma virada na minha vida, por que o que aconteceu foi o seguinte: Eu tive uma juventude como outra qualquer, porém vivendo na zona rural. (...) Uma vida pacata, mais devagar (...) nossos sonhos e aspirações eram muito mais modestos. Eu tinha essa visão modesta, eu queria casar e ficar ali, cuidando da minha mãe e do meu tio que estava ficando velinho. Não sair dali, porque ali eu tinha um círculo de amizades (...) era amizade um tanto mais autêntica, você cresceu com as pessoas. Sabia do que um era capaz e o que ele não é capaz, então a gente tinha uma segurança. (Militante 2)

Talvez possamos ter pistas da relação com o local como raiz da militância, tendo inclusive o capital social como um aspecto potencializador, a partir da boa relação, a qual emana o cuidar, que tem com os indivíduos que fazem parte do seu círculo social. Mas, como podemos observar no trecho acima, a concepção de desenvolvimento que trazia era a baseada no modelo neoliberal, distinta dos ideais do movimento de justiça ambiental que trouxemos ao longo desse trabalho. Identificar momentos de sua trajetória que culminaram para uma guinada crítica é fundamental para aprimorarmos as discussões sobre a militância.

No caso do segundo entrevistado, descobrimos que o debate político começa a florescer em sua vida antes de sua inserção no movimento ambientalista, e a igreja católica tem um papel fundamental nisso.

Em 82 o bispo Mauro Morelli vem de São Paulo e cria-se a Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti e ele era ligado à ala dos bispos da CNBB progressista, mais próximo da Teologia da Libertação (...) incentivava o pessoal da igreja a se organizar e a partir para as instituições. Então a Teologia da Libertação era uma leitura marxista do Evangelho, então ele falava do verbo de “ver”, “julgar” e “agir”, então você via a situação que o povo estava vivendo, julgava à luz do Evangelho, e propunha uma ação. Então era uma chamada pra você tomar a sua história na mão. Aí acabava você indo se politizar. (...) Quando você era animado pela igreja católica a participar do partido, era o Partido Comunista ou ARENA, o Partido Comunista estava ainda meio na clandestinidade, eu acho, mas tinha os comunistas disfarçados até de padre. E esse pessoal na igreja juntava muita gente porque eles sabiam fazer uma análise da conjuntura política, muito apropriada,

coisa que o padre muitas vezes não sabia. E aí eu lembro que tinha muito curso de formação política e eu fiz vários, eu fiz cursos de formação política no IBASE, no IBRADES(...) traziam pessoas de outros institutos pra estar falando, então sempre era um padre que vinha falar. Era o Leonardo Boff, Clodovil (sic) Miguel Baldez....todos esses cara era tudo *comunistão inrustido*, não falava que era comunista, vinha como padre, estudioso, não sei o que...mas pra fazer formação política.” (Militante 2)

Devemos destacar a relevância dessa informação sobre sua trajetória pensando nos seguintes aspectos: investimentos no capital social, acúmulo de capital cultural e, em decorrência desses dois fatores, a possibilidade de transformação do *habitus*. Podemos inferir que a participação nesse novo espaço social – os cursos de formação política – possibilitaram a convivência e aproximação com diversos atores sociais, ampliando sua rede de relacionamentos, inclusive aproximando-se de pessoas dotadas de poder simbólico mais elevado, como, por exemplo, Leonardo Boff. Como não devem ser vistos de maneira separada, é evidente que o capital cultural não se acumula apenas em decorrência dos conteúdos, debates e etc. trabalhados nos cursos de formação política, mas é também afetado com essa modificação em seu capital social.

Depender de instituições formais de ensino como a escola para a formação política deve ser compreendido como situação improvável, pois os currículos escolares conteudistas tem pouco espaço para as discussões políticas. Como evidenciado no decorrer deste trabalho, isto é necessário para a manutenção do status quo. Formar indivíduos que saibam realizar as tarefas técnicas, mas que não tenham a capacidade de um olhar crítico sobre sua condição no mundo é o papel das escolas inseridas na cultura dominante.

A condição de porta-voz inicia-se em 1987 ao assumir a presidência da associação de moradores que acabara de ser criada – estimulada pelas Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica. O início dessa nova condição mescla-se com o agravamento da questão ambiental inerente à região após reportagem feita em 1988.

Em 87 a gente cria a associação de moradores da Cidade dos Meninos. E essa associação de moradores era justamente para retomar o clube que tinha sido abandonado, era motivado pelo pessoal da igreja católica, CEBs – Comunidades Eclesiais de Base, que eram esses grupos de base da igreja que ajudou a associação de moradores da Baixada a se levantar... e que formava quadros nesses cursos de formação que eu te falei. Alguns chegavam até ir pra política, outros iam para a oposição sindical, e outros para a associação de moradores, eu diria os mais reformistas como eu iam para a associação de moradores. A gente que não tava muito querendo enfrentar o sistema, que ainda não tinha tido compreensão do que isso representa. Então, em 89 a gente faz uma ação para que fosse retirado o pó de broca da Cidade dos Meninos achando que era só uma demanda simples, né? Pede para tirar, eles vão lá e tiram, pronto e acabou. O que acontece em 89? Me chega a Defesa Civil e diz que a quantidade de veneno que tinha lá...eles iriam começar a tirar, iriam fazer exames de saúde nas pessoas (...) aí a luta começa quando a gente começa a cobrar os exames de sangue. Eles vão lá e tiram 40 toneladas de pó de broca em 89 e mandam guardar na REDUC que estava ali perto. (Militante 2)

A partir do momento em que a luta contra a questão do agente tóxico se intensifica, sua condição de porta-voz do grupo de moradores da Cidade dos Meninos faz com que surja a necessidade de expandir seus capitais para conseguir resultados. Ao que parece, ser porta-voz é um fator que funciona como um imperativo para a acumulação de capitais, ou seja, opera como uma espécie de catalisador para o acúmulo de capitais. Essa consideração fica muito evidente nos trechos abaixo, quando inicialmente fala sobre a condição das crianças na Cidade dos Meninos.

Quando eu fiquei sabendo que o exame deu que, principalmente, as crianças menores tinha uma alteração na fosfatase alcalina – e aí eu não sabia nada o que era isso e nem sabia o que era prova de função hepática, e aí eu acho que entra a sua pergunta: “como eu me torno militante?”. Procurando saber para poder explicar pros moradores da Cidade dos Meninos. Então, eu fui atrás de informação e aí, as vezes eu ia em reunião que não era sobre esse assunto, mas para poder encontrar alguém e perguntar. (Militante 2)

No MUB [Movimento União de Bairros] eu fui também ampliando meus horizontes de articulação, vamos chamar assim, meu networking foi ficando bem diversificado graças a Deus. (...) Essa situação lá na Cidade dos Meninos e vários fatores, me obrigavam a dar respostas no sentido de que eu tinha que estudar mais, quer dizer, eu tinha que ler mais para poder entender como que as pessoas poderiam me ajudar,

pois nem eles sabiam. Eu ia na SECAD e o pessoal falava “tá bom (...), mas o que você quer que a gente faça?”. Eu ia na FIOCRUZ e nego “o que você quer que a gente faça?”. Aí perguntava, porque o poder público não é má vontade, é que eles não podem também dizer pra você o que você tem que fazer. Então essa pergunta pra mim era quase que um tiro no peito, porque eu vinha todo feliz pensando que iria levar uma resposta e levava uma pergunta. (Militante 2)

Observa-se que sua trajetória de vida imersa no campo da militância, além de proporcionar-lhe uma acumulação de capital - que possivelmente não existiria se não estivesse envolvido nos processos de luta – assim como no caso da primeira militante entrevistada, podemos notar uma aproximação do campo político, deixando de ser apenas mero consumidor da produção política, mas ao mesmo tempo longe dos escalões superiores que possuem grande força de atuação dentro do campo, sobretudo em decorrência do elevado capital simbólico que possuem e, principalmente, o capital econômico e demasia, o que nos modelos do jogo político apresenta-se como um grande trunfo.

Com o prestígio social que vai galgando, passa a ter a oportunidade de atuar em outras instituições sociais de luta política, como é o caso da APEDEMA – Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente, no Rio de Janeiro (na qual afirma ter sido presidente no período de 2002-2006). Sua prática de militância vai transpondo barreiras geográficas.

A minha vinda para a APEDEMA é assim: eu era o único militante na Baixada que defendia uma causa ambiental stricto sensu, que é a questão da contaminação ambiental e humana na cidade dos meninos. Então para não ficar um troço de Zona Sul, ou de professores universitários, tinha que ter um representante da Baixada, e se esse representante da Baixada fosse um cara da luta mais densa na Baixada, melhor que fosse o [seu nome], aí eu fui eleito como a única entidade que não era ecológica – nessa época minha representação se dava pela associação de moradores na APEDEMA – aí eu ainda consegui convencer o povo do MUB a participar e dar apoio à associação, e nesse sentido o MUB e a associação de moradores da Cidade dos Meninos é fundador da APEDEMA. (Militante 2)

Outro ponto interessante de abordar é a reflexão espontânea que faz sobre a academia ao falar sobre o conhecimento adquirido. Não apenas acerca do papel social que ela tem, mas sobre a visão de outros militantes em relação

à mesma. Mais a frente, ao trazer a última entrevista, veremos críticas severas à academia de uma pessoa que chegou a um alto patamar de capital cultural institucionalizado, mas que não a enxerga como solução de problemas, atribuindo esse papel aos movimentos sociais. Mas por hora, vamos nos ater ao entrevistado da vez.

Esse conhecimento eu diria que foi adquirido nesses últimos anos de militância, do lado de fora, as vezes dentro da faculdade, as vezes do lado de fora...eu sou também portador de críticas à academia, tipo assim, agora eu me embaso bastante para poder fazer uma crítica a determinados setores da academia. Incorro no erro de generalizar e aí estou tomando um certo cuidado agora, mas eu acho que no caso todo professor universitário concorda comigo que a universidade poderia fazer mais e o portador de sua mensagem deveria ser o movimento social e não as prefeituras, a não ser quando as coisas estivessem maduras na sociedade e não ser uma política da política junto com a universidade e sim uma política da sociedade para a prefeitura executar, aí eu achava que seria o melhor dos mundos. Mas as conjunções políticas e de ordem de financiamento também interferem nesse processo. Eu to vivenciando esse mundo acadêmico e os meus amigos do movimento popular ficam dizendo que eu não posso ser abduzido pela academia...eu tenho que continuar mantendo a verve de luta e tal. Eu fico até assim as vezes flertando com o movimento anarquista porque é o que dá maior liberdade que a academia ainda atura também, né? A academia ainda dá um espacinho para você discutir educação anarquista, literatura anarquista, ou seja, um pouco assim de não ser encaixotado para presente e virar um executivo de ONG, com os projetos em uma prefeitura, num governo, depois na universidade. Eu acho que essa vala comum a gente tá com muito cuidado para não entrar nesse rio que leva tudo pro mesmo lugar, digamos assim. Aí o discurso fica crítico se não tiver dinheiro, se tiver dinheiro, não fica crítico.” (Militante 2)

Apesar de reconhecer que a academia proporciona conhecimento, as críticas são feitas no sentido de se repensar seu papel social que, segundo ele, encontra-se distanciada dos interesses dos movimentos populares. Quando afirma que os amigos do movimento popular dizem que ele não pode ser “abduzido” pela academia, fica evidente que esse distanciamento não é unilateral. Evidente que não podemos cair em uma visão simplificada e afirmar que os militantes de movimento social não estão ligados à academia e a academia, por sua vez, está afastada do movimento social. É preciso buscar compreender a questão em sua complexidade, compreender o campo científico

e os atores sociais que fazem parte dele, assim como no movimento social. Muitas serão as relações que emergirão, mas não podemos desconsiderar o questionamento que vem à tona durante a fala do militante.

O entrevistado traz uma questão interessante sobre o que pode ser considerado como uma das grandes dificuldades para atuar em um movimento social – a falta de disponibilidade. As características do capitalismo impõe ao ser humano – sobretudo para as classes populares – uma rotina de trabalho desumana, o que torna a participação política em qualquer instância uma tarefa quase impossível – lembrando que no momento está sendo evidenciado apenas o fator do tempo, mas que há muitas outras questões objetivas e subjetivas que precisam ser levadas em conta. Dejours (2000) aponta com clareza as formas de sofrimento subjetivas as quais os trabalhadores estão submetidos, rompendo com a ideia que o sofrimento no trabalho teria sido atenuado ou eliminado pela modernização tecnológica.

O movimento popular tem poucos quadros, e esses quadros geralmente tinham...é, a grande dificuldade nossa era disponibilidade. Então eu acho que talvez o meu aprendizado talvez tenha sido favorecido por esse meu suicídio, digamos assim, profissional (...) de colocar a minha disponibilidade de ir em qualquer lugar e ficar quantos dias fossem preciso pra estar representando o movimento social. Por exemplo, eu saí daqui sem dinheiro e fui pra Inglaterra pra ficar lá representando a cidade do Rio de Janeiro (...) então eu consegui ir nesse evento e quando eu voltei percebi que tudo o que a gente discutia no movimento popular em Caxias, na questão da participação popular, na ampliação da política pública com participação popular, era o que se discutia em Moscou, é o que se discutia na Alemanha, é o que se discutia na Inglaterra, é o que se discute em tudo quanto é canto do mundo. Aí eu falei “então a gente está globalizado mesmo, ta no top de linha como todo o mundo, o mundo inteiro. (Militante 2)

Entrega-se ao movimento social de tal forma que abre mão de uma possível carreira profissional. Ao que parece, ou pelo menos no seu entender, essa escolha foi condição *sine qua non* para o grande desenvolvimento e ampliação de sua atuação como militante, principalmente na possibilidade que gerou de circular em diversos espaços sociais proporcionando a ampliação de capital cultural, sobretudo o inerente a sua luta no movimento ambientalista. Ao final da entrevista traz uma fala que vai de encontro com as hipóteses dessa

pesquisa. Afirma que ao conversar com uma “professora de doutorado” (em local onde deu uma entrevista sobre a participação popular nos conselhos de políticas públicas) diz o seguinte: *Eu me considero um PHD em pó de broca. Por que? Porque se hoje a TV Globo for lá filmar alguém na Cidade dos Meninos para falar de pó de broca, eles mandam me chamar.*” (Militante 2)

Acompanhando a trajetória de vida do segundo militante entrevistado, dois elementos surgem como fatores fundamentais para sua inserção no movimento ambientalista. O primeiro é a questão objetiva da contaminação por resíduos tóxicos no local onde morava, o que afetava diretamente sua vida e dos demais indivíduos da região. O segundo, que funcionou como um suporte teórico para avançar na luta em diferentes formas, foram os cursos de formação política proporcionada pela igreja católica, mais precisamente pelos adeptos da Teologia da Libertação. Ambos funcionam como uma espécie de gatilho. A partir daí seu envolvimento vai tomando proporções cada vez maiores e se consolida ao assumir a condição de porta-voz dos moradores da Cidade dos Meninos. Esse status, por sua vez, demanda acumulação de capital cultural, pois há a responsabilidade de compreender os elementos necessários para o embate do qual será o representante do grupo.

3.4 – 3º Militante entrevistado “Porque o pescador artesanal é o medidor biológico da Baía de Guanabara”

Em diversos espaços, inclusive na academia, quando falava sobre o tema da pesquisa, diversas pessoas disseram que eu precisava entrevistar um pescador que possuía uma história incrível e teria muito a contribuir com as hipóteses desse trabalho. Porém, uma dessas pessoas me informou que talvez pudesse encontrar certa dificuldade para realizar a entrevista, pois o pescador estava sob o serviço de proteção à testemunha. Apesar de ser uma situação um tanto quando desconfortável era a possibilidade de conhecer alguém do movimento ambientalista que levou sua luta a um nível tão alto que colocou sua vida em risco – ele precisava fazer parte dessa pesquisa.

Por sorte, ao final da entrevista com o segundo militante, ele perguntou quem mais faria parte do trabalho. Quando contei sobre o pescador e a minha preocupação para conseguir entrevistá-lo, disse que era seu amigo e que iria me “colocar na fita”. E de fato consegui, fazendo uma aproximação inicial por e-mail. Em seguida o pescador me enviou seu contato telefônico para marcarmos a entrevista. Quando liguei fui muito bem recebido, mas senti o quão difícil deveria ser sua realidade quando ele disse que poderíamos marcar em um lugar próximo a casa dele, mas que não daria seu endereço por questões de segurança. Após uma primeira tentativa que precisou ser adiada, combinamos de nos encontrar na Cinelândia, local histórico e muito movimentado no centro do Rio de Janeiro. Ao procurarmos um lugar para iniciar a entrevista, com muita simplicidade ele disse que poderíamos nos sentar à sombra de uma árvore. A sensação de estar do lado de uma pessoa que já sofreu uma tentativa de homicídio e precisa estar em constante vigilância foi uma experiência nova pra mim, causando certo desconforto. Mas aos poucos, conhecendo sua história, esse sentimento foi sendo substituído por entusiasmo e admiração.

Existe uma particularidade que aproxima nossas histórias – longe de querer comparar sua trajetória no movimento ambientalista com a minha. Como afirmo na introdução deste trabalho, fiz parte de uma ONG que atua em defesa da vida marinha, ou seja, ambos possuem certa ligação com o mar, mas como veremos a seguir, em perspectivas completamente diferentes. Se colocarmos em termos teóricos, conforme vimos no capítulo II dessa pesquisa, a minha atuação na época da ONG se daria principalmente no *culto ao silvestre*, enquanto a sua ocorre em um dos grandes expoentes do *movimento de justiça ambiental* que conheço.

Diferente da maioria dos pescadores, o ofício não vem de família. Nascido no subúrbio do Rio de Janeiro, no bairro Madureira, filho de um engenheiro civil e uma dona de casa. Estudou em colégio particular e fez curso técnico em contabilidade. Trabalhava em uma multinacional Uruguiaia, mas a sua sede no Rio de Janeiro fechou e acabou ficando desempregado. Em 1988 vai Morar em Magé – RJ. Através do cunhado tem o primeiro contato com a pesca artesanal, na Ilha de Paquetá – RJ. Se apaixona pela pesca e meses

depois começa a aprender o ofício, compra um barco a remo e materiais de pesca, tornando a atividade de pesqueira o sustento de sua família. Em 2000 um duto da Petrobrás se rompe dando início a um vazamento de óleo e assim, à sua trajetória de militância.

Então esse duto vazou, eu estava pescando nessa época já, estava sustentando meu filho...meus 2 filhos, sustentando a minha casa, eu já tinha uma companheira nesse período e ocorreu que eu vi aquele monstro ali...a gente não sabia, muitos ali dos pescadores de Magé, principalmente de Magé, não sabiam que tinha um duto debaixo d'água, não viram nem lançar aquele duto, porque até então não avisavam que tinham obras, não existia até no início dos anos 2005...a gente não sabia o que era audiência pública, as coisas eram feitas assim do modo mais grosseiro, do modo mais irregular possível. Havia uma obra, eles faziam e não comunicavam à comunidade pesqueira, os moradores, não comunicavam os usuários ali da baía de Guanabara, nem quem fazia o transporte aquaviário ali. Então era feito dessa forma. Então em 2000 eu vi aquele vazamento e fiquei indignado da forma que foram tratados os pescadores artesanais ali. (Militante 3)

Fica evidente o mecanismo de produção de injustiça ambiental. A população que apresenta menor concentração de capital (Cultural, Econômico e Social) – nesses casos, principalmente de recursos financeiros, é mais vulnerável aos impactos ambientais. Essa produção de injustiça ambiental está diretamente ligada ao acesso aos recursos naturais. Segundo Acselrad et. al. (2009),

O acesso desigual na esfera da produção manifesta-se no processo de contínua destruição de formas não-capitalistas de apropriação da natureza, tais como o extrativismo, **a pesca artesanal**, a pequena produção agrícola ou o uso de recursos comuns. Seus protagonistas são atingidos pelos impactos ambientais dos grandes projetos de desenvolvimento implantados em áreas de fronteira de expansão do capitalismo. (p.74, grifo meu)

Nesse caso do rompimento do duto, os pescadores são os primeiros indivíduos a sentirem os impactos acarretados. O mar, sua fonte primária de alimentação e renda fica inviabilizada. Essa questão foi o gatilho para a organização popular que buscava reivindicar seus direitos, vindo a formar-se uma associação de pessoas que viviam do mar, onde o entrevistado assume a condição de porta-voz.

Então em 2003, após esse vazamento, após esses crimes cometidos contra sociedade, contra a comunidade pesqueira, eu já estava sendo considerado lá na região, eu e outros companheiros, como uma liderança. Eu não sei se é por causa da minha formação que eu sou técnico em contabilidade na época que eu fiz meu segundo grau técnico em contabilidade trabalhei em uma multinacional trabalhei na companhia docas do rio de janeiro, trabalhei numa agencia marítima, na época era soviética no cais do porto, uma agencia marítima, então eu tenho uma formação um pouco melhor tecnicamente nessa questão que os pescadores lideranças na época. Uma formação administrativa melhor. (Militante 3)

Como abordado anteriormente, de acordo com a teoria de Bourdieu, os capitais funcionam como trunfos que influenciam nas posições dos agentes dentro dos diferentes campos. No caso do entrevistado, acredita que o grupo lhe outorga uma posição de prestígio em decorrência de sua relação com o capital cultural – sobretudo em seu estado institucionalizado. Ter completado o segundo grau como técnico em contabilidade – além de sua experiência profissional – foram fatores que certamente contribuíram para que os pescadores depositassem confiança em sua conduta de liderança.

Sua fala é marcada por um tom contra-hegemônico de valorização das culturas tradicionais que fazem parte do entorno da Baía de Guanabara, até mesmo no que tange aos conhecimentos tradicionais para a realização do ofício da pesca. A questão não é explorada apenas com o intuito de acumulação de capital econômico como é de praxe no capitalismo, há toda uma relação muito mais complexa com o lugar e o que o cerca.

Então hoje, a pesca hoje na baía de Guanabara muito se dá à técnica colida pelos caiçaras, que ainda temos vestígios de caiçaras na Baía de Guanabara, que absorveram essas técnicas dos indígenas. Isso que dá um tom cultural e um tom mais humano na questão da pesca da baía de Guanabara (...) tem comunidades quilombolas, eu posso citar em Magé a comunidade do Feital, da Maria Conga que é reconhecida pela Fundação Palmares, nós temos vários Quilombos, temos várias ruínas da época do império, temos o arsenal de marinha do rio estrela, nós temos várias partes que são históricas e questão antropológica que não foram consideradas na época daquele vazamento nem até agora em 2014. (Militante 3)

Há ainda uma passagem da entrevista onde valoriza o pescador/pesca artesanal no sentido de possuir um profundo conhecimento sobre o ecossistema da região, defendendo que o pescador é parte desse ecossistema, propiciando um convívio harmonioso com o meio ambiente. Sua fala vai de encontro ao que afirma Alier (2007), ao discutir sobre o Movimento de justiça ambiental, sobre como grupos indígenas e camponeses tem co-evolucionado sustentavelmente com a natureza, assegurando assim sua biodiversidade.

Porque o pescador artesanal é o medidor biológico da Baía de Guanabara, ele sabe quando não está boa a baía de Guanabara e as suas águas por causa da rede que não vem com peixe, ou vem só com lixo, ou vem amarelada de óleo que é constantemente jogado. Então o pescador ele faz parte do ecossistema (...) e a pesca artesanal ela trabalha em harmonia com o meio ambiente, porque senão ela não seria perpetrada tantas centenas de ano como é. Aonde há pesca artesanal o meio ambiente ainda está intocável, pode se dizer isso. (Militante 3)

Essa discussão que traz é extremamente importante para posicionar-se criticamente ao processo de violência simbólica socialmente produzido que subjugar outras culturas diferentes da dominante. Esta, por sua vez:

[...] contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1998, p.10)

Assim, fica evidente a importância desse processo de luta e valorização da cultura local, justamente pelo papel fundamental de resistência que frente à cultura dominante.

Durante a entrevista, a academia também surge como pauta, dando pistas de sua contribuição para o movimento ambientalista. O entrevistado não faz críticas, pelo contrário, exalta a aproximação com a universidade e fica claro o papel de formação e acumulação de capital cultural – não apenas

unilateral – que a aproximação entre movimento social e academia propicia. O resultado dessa aliança parece ser muito bem apropriado, no seu caso, pela associação de pescadores. Ou seja, é o capital cultural, resultado do encontro com a academia, influenciando diretamente na prática as ações do movimento social.

Vendo a necessidade da gente ter mais argumento jurídico, comprobatório, nós [associação de pescadores] aceitamos o convite de duas geógrafas, principalmente uma geógrafa chamada [nome] da Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, aonde que ela estava fazendo um trabalho de doutorado e nós fizemos a proposta com ela, ela aceitou, de fazer um trabalho conjunto, aproveitar o doutorado dela, um mapa participativo...cartografia social. Nós visitasse todos esses municípios em sequencia, uma, duas, foi quatro vezes que visitamos, que durou mais de um ano o trabalho, e disso aí o pescador identificar através de um mapa visual, ele fazer o mapa dele manual e identificar a realidade dele, o que ele tinha antes, o que ele tem hoje, aonde que ele pesca, aonde que ele não pesca e porque não está pescando. (...) esse mapa foi bastante contundente no seguinte sentido: unificou a fala dos pescadores. (...) Os pescadores tiveram uma fala única no sentido do seguinte: a pesca está muito reduzida. No outro sentido, que é por ocasião principal, em primeiro lugar, não tivemos divergências em nenhuma dessas comunidades [de pescadores] que é por questão do aumento enorme da área de exclusão por conta de refinarias, piers e dutos. (Militante 3)

Afirma que foi necessário sair da “beira da praia” para buscar armas e forças para dar o respaldo necessário à causa dos pescadores. Isso reforça o que surgiu anteriormente para que se considere que um dos reflexos causados pela inserção no movimento ambientalista é a busca pelo conhecimento para gerar subsídios que auxiliem no processo de luta. O interessante é que isso não faz parte de uma matriz curricular engessada como no caso da educação formal, onde, Boudieu, existe uma seleção dos conteúdos a serem ensinados, culminando em um processo de *violência simbólica*, ou seja, a sobreposição de uma cultura em relação à outra. O que ocorre durante o processo de luta é que o mesmo demanda uma série de conhecimentos que não são previamente estabelecidos e, por não serem em sua maioria conhecimentos acessíveis às classes trabalhadoras, acabam assumindo um caráter contra-hegemônico. Pegando o exemplo trazido pelo entrevistado, fica evidente que sua associação – em alguns momentos junto com a academia – construíram uma série de

conhecimentos que assumem uma postura desafiadora ao capitalismo, como a descoberta dos danos e o movimento de cobrança que fizeram sobre as empresas petrolíferas que atuam na Baía de Guanabara. Sem dúvida trata-se de um processo educativo, e sem dúvidas, é libertador, no sentido que Paulo Freire (1974) nos propõe.

Na minha opinião a educação para a liberdade implica, conscientemente, permanentemente, o exercício da consciência, voltando-se para si mesma com vista a descobrir-se a si própria nas suas relações com o mundo, tentando explicar as razões que possam esclarecer a situação concreta do homem no mundo. Mas isto não é suficiente. É importante salientar que a reflexão por si só não é suficiente para o processo de libertação. Nós precisamos de atuação, ou, por outras palavras, precisamos transformar a realidade em que estamos inseridos. Mas para transformar a realidade, para desenvolver minha ação sobre a realidade e transformá-la, é necessário conhecer essa mesma realidade. Em função disso, minha práxis é necessária e constantemente, a unidade entra a minha ação e minha reflexão. (p.26)

Obviamente o movimento propiciado pela engajamento na causa ambiental que defende não é gerador apenas de capital cultural, mas também tem como destaque a possibilidade de acumulação de capital social. Lembrando o que foi discutido a partir da teoria de Pierre Bourdieu, não podemos pensar os tipos de capitais de maneira isolada. Eles precisam ser enxergados em sua correlação. Do mesmo modo que uma família que possui capital econômico elevado e investe em sua reconversão para gerar capital cultural – cursos, por exemplo – os militantes buscam outras estratégias justamente por não possuírem capital econômico para realizar esse investimento. Um de seus principais aliados para buscar o capital cultural torna-se o capital social. No caso, os militantes que assumem a condição de porta-voz tem maior possibilidade de seguir essa estratégia, levando em conta o destaque que recebem através de sua exposição.

No caso do pescador entrevistado, a militância lhe propiciou grande destaque e acumulação de capital social, em nível mundial. Alguns trechos demonstram o teor internacional que sua luta, junto com a associação da qual faz parte, ganhou.

(...) ganhamos reconhecimento internacional, prêmios, fomos a ONU, fomos em 2011, falei em Genebra, nas Nações Unidas, na 16ª sessão de direitos humanos da ONU, aonde denunciemos a violência do governo brasileiro, a omissão do governo brasileiro quanto a violência da Petrobras perante os pescadores da Baía de Guanabara, tanto a violência física quanto a violência psicológica, e não ter em prática as ações mitigadoras e mitigatórias quando causa o dano. O dano é permanente e deveria ser uma ação permanente, e não existe. (Militante 3)

Eu, [NOME], fui convidado para fazer a abertura em 2010 do primeiro congresso internacional dos defensores de direitos humanos. É um programa que eu fui incluído da ONU também, saímos nos relatórios da ONU todo ano (...).(Militante 3)

Nós somos representantes da Oil Watche no Brasil. Eu fiz viagens para a Colômbia, Equador...entendendo também, vendo também os impactos do petróleo sobre a pesca nesses países, no Equador, no Peru. É muito triste, inclusive pelo histórico de violência da própria Petrobrás. Fui convidado para ir mas não pude ir ainda por causa da minha agenda no Brasil a ir à nova Zelândia ver os impactos da Petrobras na região da costa oeste da Nova Zelândia, aonde está impactando os índios Maori a perfuração da Petrobrás lá...é a única empresa que está atuando lá.” (Militante 3)

Sua trajetória de militância torna-se internacionalmente reconhecida, e esse reconhecimento (capital simbólico) acaba atuando como moeda de troca para acumular capital cultural. Como vemos no último trecho de entrevista trazido, sua ligação com instâncias internacionais lhe proporcionou uma série de viagens pelo mundo onde pode reconhecer a realidade de outros países com problemas ambientais semelhantes aos que exerce sua luta, agregando assim conhecimentos úteis à construção do discurso e práticas necessárias para enfrentar sua situação.

O entrevistado também sentiu-se a vontade para falar da relação entre a militância e o capital econômico. Afirmou receber ajuda de diferentes fontes ao longo de sua trajetória, inclusive abordando a questão como necessária tendo em vista sua situação precária de segurança.

Eu tive ajuda financeira. Algumas ajudas pessoais por questão de segurança, de algumas ONGs estrangeiras, tenho uma ajuda do Governo Federal, posso dizer, que é da Secretaria Nacional de Direitos Humanos aonde tem a ministra chefe

Maria do Rosário, sou a pessoa que... um dos defensores mais importantes, é a fala do programa, saí até em um livro, sou a primeira história do livro das dez faces dos direitos humanos no Brasil. Sou reconhecido internacionalmente pelo trabalho em prol mas eu me vejo como defensor não dos direitos humanos, sou defensor da Baía de Guanabara, defensor da pesca da Baía de Guanabara. (Militante 3)

Por fim, trazemos um resumo que o próprio entrevistado faz da relação entre militância/conhecimento. Fica, mais uma vez, evidente que precisa buscar uma série de conhecimentos para multiplicar suas possibilidades de enfrentamento. Nesse apanhado que faz sobre os conhecimentos adquiridos, mescla tanto o conhecimento popular, trazido por diversas gerações de pescadores, quanto o conhecimento da academia, com o qual pretende fazer uma aproximação.

“Essa militância me deu muito conhecimento, eu passei a estudar EIA/RIMAS, eu tenho um certo conhecimento de geologia, eu tenho um certo conhecimento de hidrografia, eu fui obrigado a estudar correntes, e baseado sempre na fala do pescador, porque a gente sabe que a corrente passa aqui porque a gente tem o mapa de correnteza da marinha, mas já sabia antes disso que a correnteza passa ali por causa do pescador e também porque eu pescava ali. (...) pretendo fazer em breve Direito, vou me especializar em direito ambiental e talvez minha esposa quer fazer...ela ganhou uma bolsa de estudo na Unigranrio de gestão ambiental, deve iniciar esse ano ou ano que vem. Ela vai fazer gestão ambiental. Então tudo isso também é para municiar e para incrementar o que nós já temos...e pegamos o gosto também dessa questão. É necessário, nós temos pescador que se formou em direito agora há pouco tempo, é o [nome] (...) temos pescadores que estão fazendo (...) a gente está indo pra escola, está indo pra faculdade, mas muito se dá isso, nós estamos utilizando na luta. (...) Todo esse meu conhecimento que eu venho absorvendo, essa experiência que eu viajei para França, Genebra, Suíça, viajei pra Estados Unidos, viajei para todos esses lugares na militância. Eu trouxe um legado de conhecimento e experiência que eu estou utilizando aqui. E nos deu realmente...ela tá tendo sucesso, essa experiência. Botando em prática aqui eu estou vendo que está dando resultado resultados positivos para a nossa luta.” (Militante 3)

Sua trajetória de vida é impressionante. Conheceu o mundo através de sua militância em busca da justiça ambiental para pessoas que vivem das águas da Baía de Guanabara. Precisou de uma série de conhecimentos para

impulsionar sua luta e acabou, como afirma no trecho acima, “tomando gosto” por essa questão. Ao que parece, fazer parte do movimento ambientalista desperta o que Paulo Freire chamou de curiosidade epistemológica. A inserção no luta política aos poucos vai transformando seu *habitus*, oferecendo novas possibilidades e formas de estar no mundo. Assim como no militante anterior, fica muito evidente que a condição de porta-voz acaba tendo um efeito de amplificação de acumulação de capitais, principalmente cultural e social.

3.5 – 4ª Militante entrevistada “O que é a academia se ela não estiver lá no campo exercitando aquilo que ela prega e o que ela estuda?”

A última militante entrevistada foi indicada como uma “mulher guerreira” com muitos anos no movimento ambientalista. A indicação ocorreu por intermédio de uma companheira de academia também engajada nos movimentos sociais. Afirmou que seria extremamente importante para o trabalho contar com essa pessoa.

Após nos encontrarmos na Cinelândia (mesmo local da entrevista com o militante anterior), sugeriu que fizéssemos a entrevista na sede do SEPE – Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação. Caminhamos até o prédio, pegamos o elevador, ela cumprimentou algumas pessoas e logo encontramos uma sala vazia.

Se o contato com o militante anterior foi significativo pela questão da luta ligada ao mar, esse também teve uma particularidade interessante. No início desse trabalho, ao contar sobre minha trajetória, falo do Colégio Pedro II como uma instituição de ensino marcante. Por uma grata surpresa, a entrevistada também é ex-aluna do colégio, inclusive contando no decorrer da entrevista sobre a influência que isso acarretou em sua vida.

Filha de um operário e uma dona de casa, que anos mais tarde viria se tornar professora, tem descendência indígena, pois seu avô por parte de pai era aldeado na Amazônia. Não soube informar ao certo a etnia, mas sabe que

é do tronco dos Aruaques. Observamos durante a entrevista que essa questão indígena é extremamente marcante em sua vida.

Durante os anos em que estudou no Colégio Pedro II, participou do Grêmio Estudantil, o que a fez participar desde nova de muitas manifestações. Também afirma ter tido filho muito nova, mas que continuou indo às manifestações, inclusive levando os filhos.

Formada em Biologia, com mestrado e doutorado na área, faz severas críticas à academia, questionando seu papel social e as relações com os movimentos sociais. Como veremos mais adiante, justamente a militante com mais nível de capital cultural institucionalizado (títulos acadêmicos) é a que mais critica a universidade. Trabalha como pesquisadora no Hospital Universitário Pedro Ernesto (hospital vinculado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro) e é professora de Biologia do Estado do Rio de Janeiro onde atua dando aulas em presídios.

Pelo que contou no decorrer da entrevista, sua militância se ocorre principalmente no âmbito da saúde, onde participa do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro, na questão indígena – atuando junto à Aldeia Maracanã, e na luta contra a TKCSA (ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico).

Sua entrevista é reveladora em muitos aspectos. Os trechos da entrevista trazidos abaixo tem como objetivo contar sua história de vida com ênfase em sua militância e as questões que emergem a partir dela, sobretudo no âmbito educacional.

Como dito anteriormente, sua família é de origem popular e, conforme afirmam Nogueira e Nogueira (2009), as famílias populares são caracterizadas pelo pequeno volume de capital acumulado, seja econômico, social ou cultural. Mesmo que para as classes populares o investimento em escolarização seja incerto e em longo prazo, sua família buscou investimento em capital cultural. Um fator que sem dúvidas contribuiu para estratégia foi o fato de ter realizado seus estudos em um colégio federal, de renome nacional, que não cobra financeiramente pelo processo de escolarização. Além de bons professores e uma grade curricular extensa – de conteúdos hegemônicos, é verdade – o

colégio propicia uma mistura de diferentes *habitus*, haja vista sua pluralidade por receber alunos de diversas classes sociais. Esse contato é, possivelmente, um dos fatores que contribuem e auxiliam na formação, também marcada pelo viés político que o corpo discente tem através do grêmio estudantil e das mobilizações que realizam. Esse é o seu contato inicial com os movimentos populares.

“E eu sempre no meu processo de educação, sempre participei dos grêmios estudantis, eu estudei no Colégio Pedro II, eu era do grêmio da unidade centro então eu estava sempre nas manifestações.” (Militante 4)

Não apenas recebeu o incentivo de sua mãe para estudar, mas também seu exemplo. Apesar de todas as dificuldades objetivas que a vida impõe principalmente para as camadas populares, sua mãe conseguiu terminar o ensino universitário, tornando-se professora. Seu pai, por conta do trabalho, pouco avançou no processo de escolarização.

Mas eu lembro da minha mãe estudando final de semana, inclusive com a gente, então eu e minha irmã sempre fomos muito independentes e autônomas pra estudar e a gente contou muito com o apoio da minha mãe. Do meu pai tínhamos apoio também, mas o meu pai tinha que trabalhar mais, estava mais distante. Como eu te falei, ele era operário e ele estudou muito pouco, a minha mãe não, já tinha com todas as dificuldades a vontade de estudar e ela conseguiu concluir uma universidade, ele não. (Militante 4)

Partindo das considerações de Burawoy (2010) sobre o conceito de *habitus*, compreendido como camadas, sendo as mais profundas adquiridas na infância, que geram uma forma de orientação para a prática, pode-se dizer que essa participação desde jovem na luta política certamente foi uma disposição internalizada em suas estruturas, culminando para a formação de um *habitus* militante. O exemplo da mãe envolvida nos estudos, incentivando e orientando as filhas a estudar também é fator que influencia na formação indivíduo, sobretudo pelo fato de fazer com que o currículo escolar – que prima pela cultura hegemônica - não pareça algo totalmente estranho à sua realidade.

Um dos pontos que fica mais evidente em sua fala é o desgosto que possui com a academia, local onde passou pelo menos dez anos de sua vida estudando e continuou posteriormente exercendo o cargo de pesquisadora em um hospital universitário. Sua aproximação com os movimentos sociais parece ter sido um fator que a afastou da academia, a qual classifica como elitista. Atribui à sua identidade o fato de gostar de estar com as classes populares – mesmo após obter mobilidade social, o que pode-se compreender como um *habitus* construído no decorrer de sua trajetória junto aos movimentos sociais, que tem características distintas da universidade.

É importante retomar a ideia, como aponta Ortiz (1987), de que o conceito de *habitus* deve ser compreendido tanto como uma disposição individual quanto social, pois apesar do processo de interiorização ocorrer de forma subjetiva, ele não é apenas referente ao campo da individualidade, tendo em vista que ocorre através de processos de socialização, mas que tem sua homogeneidade preservada à medida que os sujeitos internalizam as representações objetivas a partir das posições sociais nas quais estão inseridos.

Eu realmente eu gosto de estar com os movimentos, eu gosto de estar com os pobres, eu gosto de estar nessa organização, gosto de estar com eles. É a minha identidade. Atualmente eu não gosto do ambiente acadêmico, hoje eu acho que a academia não serve pra nada. A academia ela é elitista, são as classes dominantes que ditam, porque os filhos da própria elite... os da classe trabalhadora não estão na academia, o processo de... o recorte, né? O processo de eliminação da classe trabalhadora, de injustiça e desigualdade já começa aí na educação (...) o filho do pobre não conclui os estudos, ele tampouco consegue concluir o primeiro e o segundo grau, então a exclusão já começa por aí se é que há exclusão, porque não é exclusão, isso é muito bem premeditado e esse é o programa, esse é o objetivo, né? Não se pode educar o filho da classe trabalhadora porque tudo é tão obvio que se ele tiver um pouquinho de educação, pensar um pouquinho, ele vai querer lutar contra tudo isso que está aí, que é a opressão dele mesmo, ele se tornando escravo. (Militante 4)

Essa análise que faz sobre a educação como uma ferramenta de exclusão encontra respaldo na teoria de Bourdieu conforme discutimos anteriormente. Neste momento oportuno, uma breve síntese de Silva (2011)

sobre o processo educativo visto através da teoria de Bourdieu e Passeron no livro *A reprodução*.

O currículo da escola está baseado na cultura dominante: ele se expressa na linguagem dominante, ele é transmitido através do código cultural dominante. As crianças das classes dominantes podem facilmente compreender esse código, pois durante toda sua vida elas estiveram imersas, o tempo todo, nesse código. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. Esse código é natural para elas. Elas se sentem à vontade no clima cultural e afetivo construído por esse código. É o seu ambiente nativo. Em contraste, para as crianças e jovens das classes dominadas, esse código é simplesmente indecifrável. Eles não sabem do que se trata. Esse código funciona como linguagem estrangeira: é incompreensível. (...) O resultado é que as crianças e jovens das classes dominantes são bem sucedidas na escola, o que lhes permite o acesso aos graus superiores do sistema educacional. As crianças e jovens das classes dominadas, em troca, só podem encarar o fracasso, ficando pelo caminho. (p.35)

Apesar da entrevista inicialmente rumar em sua análise para uma generalização do espaço acadêmico, reconhece que a academia pode se constituir, em alguns espaços, como contra-hegemônica de caráter revolucionário.

Então a universidade é como o governo, ela é parte do Estado e é completamente autoritária e elitista, mas, dentro desse espaço também, eu acho que dentro do espaço ainda é, dentro do espaço acadêmico, ainda pode existir uma esquerda acadêmica, uma esquerda revolucionária que tente ter um pouco de autonomia. (Militante 4)

Essa crítica estende-se em uma comparação feita por quem está presente tanto na academia quanto nos movimentos sociais. Retoma a discussão muito presente na academia que está relacionada na relação entre teoria e prática, afirmando que o problema está justamente nessa relação, ou em sua falta. Apesar do tom extremamente radical de descrédito que dá à academia na fala que virá a seguir, suas percepções, no que diz respeito ao

conhecimento que precisa emergir da luta, estão indo de encontro às hipóteses desse trabalho.

“(...) os professores não entendem, os professores estão ali para dar a sua aula, a academia está muito longe da realidade. A teoria sem a prática é morta e pra mim a academia é morta por isso. Até mesmo a esquerda, os professores dos cursos de filosofia, sociologia, das áreas sociais ou do próprio direito, o que eles fazem pra realmente apoiar os movimentos sociais? Então pra mim o verdadeiro conhecimento vem das ruas, vem das resistências, vem das ocupações, do povo que precisa todo dia lutar para sobreviver, porque o que eles vivem é uma sobrevida, enquanto o pessoal na academia está no bem e bom, no ar condicionado recebendo o seu salário. Não sabe nada, pensa que sabe. E o muito que sabem e que se julgam reis, os donos do mundo, intergalácticos até, seus PHDs, o que eles mudam no mundo na verdade com esse conhecimento? Eu estou de saco cheio da academia. Ali dentro eu não consigo fazer nada continuo vazia se depender daquelas pessoas ali. Só me preencho e me sinto feliz junto aos movimentos, onde as pessoas trabalham e a cada dia executam seu real conhecimento, porque todo mundo ali vive a arte, vive a ciência... e no concreto. Por que o que é a academia se ela não estiver lá no campo exercitando aquilo que ela prega e o que ela estuda? E a academia não explica tudo não. Agora quem está lá no campo, na vivência, é obrigado a explicar. É o estudo real mesmo, ele é obrigado a entender aquilo ali e explicar, porque disso depende a vida dele. (Militante 4)

Pensando a academia como parte do campo científico é necessário estar atento às suas especificidades. As relações são complexas e variam de acordo com instituições, áreas de conhecimentos e etc. Segundo Bourdieu,

É a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posições (2004, p23)

O cara lá na academia eu acho até que ele fica meio perdido mesmo sem saber o que fazer porque ele não está vivendo a prática, por que a gente no movimento tem que estar se recreando, se reinventando diariamente, a gente não consegue muitas das vezes nem programar o nosso dia, porque as coisas acontecem e a gente tem que dar a resposta na hora. Muitas das vezes a gente não pensou naquilo antes, mas a gente tem que pensar naquela hora mesmo, e a gente não vai

pensar pra tese não, a gente vai pensar porque a gente precisa se defender ali naquela hora. (Militante 4)

Sua fala tem respaldo no sentido da reflexão que a vida intelectual não deve ser pensada apenas nos espaços formais de educação, limitando suas possibilidades e o seu acesso.

Não há nenhuma atividade umana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual – o *Homo faber* não pode ser separado do *Homo sapiens*. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um “filósofo”, um artista um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto *contribui para manter ou mudar a concepção do mundo*, isto é, para estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1957, apud Mészáros, 2008, p.49)

A educação e a vida intelectual devem ser pensadas de maneira mais ampla, além dos muros da universidade. Há um grande potencial educativo nos mais diversos lugares, conflitos, associações e etc. É papel da educação ambiental crítica explorar essas possibilidades a fim de possibilitar a formação de indivíduos que se reconheçam como seres históricos enxergando o mundo através de uma percepção crítica em relação aos problemas cotidianos e questões de natureza mais ampla.

Pela fala que traz sobre a academia e sua situação nela, fica evidente que dentro desse espaço social encontra-se em uma situação de vulnerabilidade que decorre de seu posicionamento político, contrário à maioria. Suas possibilidades acabam tornando-se limitadas.

[...] cada agente age sob a pressão da estrutura do espaço que se impõe a ele tanto brutalmente quanto seu peso relativo seja mais frágil. Essa pressão estrutural não assume, necessariamente, a forma de uma imposição direta que se exerceria na interação (ordem, “influência” etc.) (BONNEWITZ, 2003, p. 24)

A sua própria passagem pela academia (suas escolhas) é marcada pela trajetória de lutas. Obviamente se este trabalho opta pelo construtivismo estruturalista como referencial teórico torna-se evidente que compreende as escolhas dos indivíduos como diretamente vinculadas às suas estruturas sociais e culturais internalizadas. Apesar de ter optado por uma carreira como bióloga, com mestrado em bioquímica e o doutorado na área de bioquímica e microbiologia, busca de alguma forma ressaltar que essas escolhas foram marcadas pela sua proximidade com os movimentos sociais e as populações de baixa renda.

No hospital eu sou bióloga, pesquisadora. [pergunto sobre a formação] Eu fiz biologia, aí eu fiz o mestrado na área de bioquímica e o meu doutorado na área de bioquímica e microbiologia, mas eu sempre fui militante, mas a minha formação acadêmica, quer dizer, não é social entre aspas, porque eu trabalhei em favelas, na minha tese de mestrado eu sempre trabalhei em contato com as doenças dos pobres. As doenças negligenciadas como a tuberculose, a hanseníase, com as micobacteriosas de uma forma geral, porque eu trabalhava na zona oeste, eu trabalhava lá em [sic], nas favelas, eu já subi muito morro onde carro não entra pra poder pegar certas doenças e testar alguns testes pra diagnóstico dessas doenças e depois vacinas pra essas doenças, como a hanseníase e a tuberculose. (Militante 4)

Tomando por base as outras entrevistas, principalmente as duas últimas, está militante já alcançou um grau de capital cultural institucionalizado que os outros ainda estão buscando, uns mais próximos outros menos, para conseguir subsídios para sua luta. Esse capital cultural institucionalizado influencia no seu prestígio social.

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação ao seu portador e, até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico. (Bourdieu, 2007 p.78)

Também há que se considerar não apenas sua relação de pesquisadora na universidade, mas sua atuação como educadora ligada às camadas populares mais oprimidas da sociedade. Sua opção por dar aulas em um lugar marginalizado é uma escolha política que vai de encontro à sua inserção nos movimentos sociais.

Como eu sou professora do Estado, e eu dou aula em presídios, em Bangu. Essa também foi uma escolha, por que? Porque é também um submundo, se aqui fora é assim, o presídio é muito pior, o presídio não existe, lá dentro não tem nada, não tem regra não tem saúde, não tem educação. Os presos vivem como bichos. Se o índio, se o pescador...se pro capital o índio, o pescador e o quilombola não é gente, imagina um preso dentro do presídio. Então lá dentro é muito mais terrível. Então também teve a minha escolha pessoal de estar lá dentro trabalhando pelo social e pelos direitos humanos e pela própria saúde conforme eu já trabalhei muito. (Militante 4)

Como é possível observar, sua luta não ocorre apenas em um espaço. No que diz respeito à temática ambiental mostra ênfase ao falar da militância contra a empresa ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico, localizada em Santa Cruz. Esta é alvo constante do movimento ambientalista, de alguns setores da academia, da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, entre outros. São inúmeras as denúncias direcionadas à empresa. Quando fala da sua ligação com o movimento ambiental, refere-se a TKCSA, o que inclusive lhe rendeu ameaças de milicianos⁹.

E eu como militante da saúde, bióloga, também gostei muito de militar sempre na área ambiental. E aí foi meu envolvimento, eu não sei se você tem o conhecimento, com a TKCSA. Eu há muito tempo eu vi aquela baía se destruindo e eu me perguntava, me questionava, “a gente precisa fazer alguma coisa”, a gente precisa se organizar de alguma maneira e no movimento da tkcsa, eu to nesse movimento também desde a época da implantação [Foi em que ano isso?] Foi desde 2003, 2002, 2003. E, quer dizer, é um processo totalmente irregular, participei das audiências públicas, dos teatros, né? Porque aquilo não era audiência e nem tampouco se cumpre com a lei

⁹ Grupos criminosos que atuam em comunidades pobres do Estado do Rio de Janeiro extorquindo e ameaçando moradores.

até pra essa preparação do projeto, não tem divulgação a população não participa, as audiências públicas, eles manipulam, [sic], colhem assinaturas, nem na audiência...a polícia sempre está lá para punir quem deseja se manifestar. Então...e o próprio processo, não só das audiências públicas, mas mesmo de planta, da legislação ambiental, uma série de coisas não foi cumprida. Existia uma ocupação do MST na área que foi expulsa dali, é uma área de mangue, então não foi respeitada a legislação ambiental para mangue, muito se destruiu do mangue, era uma área também de proteção ambiental e ninguém, de reserva, ninguém respeitou isso. O IBAMA na época não se manifestou também. Quer dizer, uma série de processos, a empresa perdeu, houve uma ação no ministério público e o que a empresa teve que fazer com essa destruição do mangue? Plantar árvores em outro local. Ainda hoje, quer dizer, eu participei de toda essa luta, né? Na época que o movimento ascendeu, na época que o movimento estava bastante aceso, e combatente, teve um primeiro de maio que foi organizado lá na Baía de Sepetiba que muitas pessoas estiveram lá, mas a gente sabe também que esses movimentos, né, o Estado também usa o braço criminoso dele, que é a milícia, o tráfico, nas favelas ele usa o tráfico e com a UPP o tráfico não sai das favelas, há é um grande acordo entre polícia, Estado e tráfico. Na Zona Oeste a gente lida com milícias, qualquer movimento que a gente faça, a gente está sendo filmado pela milícia, muitos pescadores morreram na época do enfrentamento da TKCSA, trabalhadores também. Até hoje se você revolver aquela lama e aquele rio lá você encontra corpos de trabalhadores da TKCSA. Em princípio eram chineses, foi outro processo trabalhista contra a empresa. Eles escravizavam, os trabalhadores comiam comida estragada, eram escravizados, não podiam sair da empresa. Ainda hoje acontece muita coisa errada no âmbito trabalhista e ainda hoje a gente não consegue diálogo com o sindicato e os trabalhadores lá dentro. A gente muito pouco sabe o que acontece lá dentro no âmbito trabalhista. (Militante 4)

Nesse trecho é possível destacar algumas coisas como o conhecimento acerca da legislação ambiental e processos de participação, o que também surge na fala dos outros militantes e desvela-se como um capital cultural essencial para a inserção no movimento ambientalista, lembrando que este não é necessariamente um conhecimento obtido em um processo formal de educação, mas algo que surge das demandas da própria luta e deve ser aprendido como condição para que ela continue. Não é possível, principalmente na condição de porta-voz, estar distante dessas informações que são vitais durante o processo.

É necessário também evidenciar o caráter violento da disputa e ocorre no campo ambiental. É uma mescla de ações ilegais que vão desde até de audiências públicas fraudulentas é assassinatos, o que fica claro a partir das palavras do entrevistado anterior que teve vários de seus companheiros de luta assassinados e sofreu uma tentativa de assassinato, mesmo andando com escolta armada. A luta não ocorre apenas contra os atos supostamente alicerçados dentro da legalidade, mas também nas diversas ações extralegais realizadas, o que só mostra a grandeza do comprometimento das pessoas que assumem uma postura combativa diante do que não julgam correto.

No momento, parece estar em maior proximidade com o movimento indígena da Aldeia Maracanã – aldeia urbana situada no antigo Museu do Índio, localizada ao lado do estádio Maracanã, atualmente palco de diversas manifestações populares pela sua manutenção, ocorrendo violento ato de despejo por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Aborda a questão como um caso de racismo ambiental – conceito que foi apresentado anteriormente e pode ser compreendido como a imposição desigual das injustiças sociais e ambientais sobre etnias vulnerabilizadas.

Essa ligação com os indígenas está vinculada, como afirmamos anteriormente, à sua origem familiar. Tenta resgatá-la com a participação no movimento e, em suas falas, torna visível como a proximidade com a cultura indígena influencia sua maneira de estar e perceber o mundo, ou seja, seu *habitus*. Sua concepção sobre a educação também é influenciada pela cultura indígena. De todos os entrevistados é a que apresentou o discurso mais crítico em relação ao capitalismo e suas mazelas.

E hoje, eu como indígena do movimento de resistência da Aldeia Maracanã, preciso falar disso também, não só a área ambiental que também é um debate classista, é um racismo ambiental, assim como o racismo indígena é um racismo institucionalizado contra os povos originários do qual os indígenas fazem parte e as populações tradicionais e aí no campo e na cidade, que são os trabalhadores do campo, os pescadores, os ribeirinhos, os quilombolas, tudo isso é a classe empobrecida, é a classe trabalhadora, então a gente que precisa fazer a mudança, a gente que precisa se unir e se entender enquanto como lá o nosso programa que não é esse

programa que tá aí, que não é o programa democrático popular, nossa luta não é por democracia, nossa luta não é para que todos tenham o mesmo direito, não, as corporações não tem que ter direito, porque dando o direito às corporações, que é o que a democracia defende, é isso daí, elas vão dominar porque elas tem o poder econômico e aí vão se criar os cartéis, os monopólios...eles tem, acabam tendo hegemonia, e aí isso perpassa pelo conhecimento também, eles dominam o conhecimento, e aí eu volto lá no início naquilo que eu já te coloquei, eles vão querer regular o que a gente pode aprender, conhecer ou não. Então, quer dizer, o indígena defende um outro tipo de educação. "(Militante 4)

Esse modo de educação aproxima-se dos ideários da educação ambiental crítica, principalmente por seu caráter coletivo e formação de um espírito crítico de caráter contra-hegemônico. E esse processo educativo está vinculado à concepção de mundo, sua forma de ser, e, por conta disso, surge com naturalidade.

O indígena ele é livre, ele defende a vivência, que é o que com o capitalismo a gente perdeu, é a vivência, é a volta a nossa humanização, você vê, os indígenas moram juntos, tem a oca enorme em que muitas famílias, todo mundo mora junto, todo mundo come junto, todo mundo divide tudo. Hoje as verdadeiras escolas pra mim são as ocupações, os espaços de vivencia. Não é a escola que virou empresa não, da Secretaria de Educação do Estado e nossa universidade. Hoje pra mim as escolas são as ocupações e os movimentos de resistência. Porque ali as pessoas não só vivem juntas como elas dividem tudo e a própria formação política devido a realidade que elas vivem. (Militante 4)

A entrevistada defende que a acumulação de capital cultural precisa estar atrelada, ao processo de resolução dos problemas cotidianos, o que demandaria a formação de um indivíduo constituído de um caráter crítico, capaz de pensar e agir em uma situação concreta. Essa possibilidade não estaria presente no atual modelo de escola, mas existiria nas ocupações.

E dentro desse movimento indígena do qual faz parte, surge uma alternativa ao processo formal de educação – a Universidade Indígena, construída coletivamente na Aldeia Maracanã.

E isso [ocupações e movimentos de resistência] é a verdadeira escola porque aí ela vai nesse processo aprender tudo que ela precisa nessa resistência, né? Porque a verdadeira escola e a academia deveria ser isso, é o inverso né? A universidade, a função social da universidade é resolver os problemas da sociedade, os problemas que aparecem para as pessoas que estão no seu entorno e a escola também é isso. A escola, o indivíduo na escola ele tem que ser crítico e entender o mundo que ele vive e resolver os seus problemas do cotidiano. Hoje a escola não é isso. Por isso as ocupações pra mim hoje são as escolas. Por isso eu defendo as ocupações, e na universidade indígena, na Aldeia Maracanã, a identidade era tão grande, até por que o indígena ele defende, ele por natureza é ação direta pura, o indígena ele está sempre na frente, ele vai mesmo, ele vai, ele já é um revolucionário, um anarquista, do jeito que você quiser chamar, por natureza. E na aldeia maracanã havia muito isso como ainda há, a universidade indígena continua funcionando, fomos despejados do espaço da aldeia maracanã mas a gente continua nas favelas, a gente continua em outros centros culturais as nossas atividades com um pouco mais de dificuldade mas continuam acontecendo porque a gente não está todo mundo junto então fica mais difícil de reunir, mas continua acontecendo o processo de formação política, os nossos cursos, apesar de que a gente não defende só os cursos, a gente não defende essa educação de disciplinas, não que a gente não vá ter isso. Mas não é só isso, o fundamental é a vivência, é estarmos juntos para o processo de formação como um todo, como indivíduo crítico para a formação política, a formação humana. Porque o que o capitalismo faz é que a gente perca a nossa humanidade, a gente vira robô, a gente vira máquina, a gente não para pra pensar o tempo todo, e a gente o tempo todo só trabalha pra pagar dívida. Hoje o ser humano é isso, até no espaço acadêmico tudo ficou precarizado, tudo terceirizado, como espaço hospitalar...tudo é decidido pelo Banco Central, até o que vai ser a saúde e a educação. E aí é lógico que são técnicas e programas mercadológicos, em que o trabalhador, a saúde e a educação perdem de longe. (Militante 4)

Sua fala vai de encontro aos espaços não-formais de educação em resposta à educação como forma de reprodução social. Ao longo deste trabalho é feita uma crítica currículo escolar, considerando-o como um elemento propagador da cultura dominante. A educação ambiental crítica necessita romper com esta lógica hegemônica enraizada no chão das escolas buscando vias alternativas para propagar-se. Assim, os espaços não-formais de educação devem ser compreendidos como um *lócus* privilegiado a ser

explorado para a execução desta tarefa. A educação não-formal tem como princípios:

- 1) Compreender as necessidades das populações às quais estão dirigidos os programas;
- 2) Fazê-las participar de sua própria aprendizagem;
- 3) Facilitar a transferência e aplicação das novas condutas ao meio;
- 4) Vincular o programa e seus componentes ao sistema global, e
- 5) Dar importância aos incentivos internos e externos. (LA BELLE, 1980:256, apud GHANEM, 2007, p.19)

O movimento do qual faz parte preza o fortalecimento da cultura indígena e retomada dessa identidade que, segundo ela, é cerceada pelo modo de produção capitalista. Assim, a educação surge como elemento contra-hegemônico, dando voz e vez aos sujeitos em seus processos de aprendizagem, os quais são diretamente relacionados à sua forma de estar no mundo.

Hoje o processo de implantação da Universidade Indígena da Aldeia Maracanã é intercultural porque a gente quer um contato entre as culturas, a gente também não acha que a cultura indígena é pior ou melhor do que a de ninguém, mas a gente quer que as culturas dialoguem, como a gente também quer um processo de resgate e indianização, porque os índios estão aí mas as pessoas não se reconhecem como indígenas, por que? Porque o próprio capitalismo faz questão de matar a cultura indígena (Militante 4)

Perguntada sobre sua condição de porta-voz, se teria algum “cargo” dentro do movimento ambientalista, a resposta vem expressa em um *habitus* de característica indígena, como não poderia ser diferente. A coletividade é posta à frente do indivíduo, por isso afirma que não existe uma condição hierárquica de porta-voz. Mesmo que em determinados momentos possa acontecer na prática, não se reconhece como tal.

As pessoas me reconhecem por conta da militância mesmo que vem de muito tempo, a relação de confiança que se forma com os movimentos, com os sindicatos. É a identidade, as pessoas conhecem, então acabam me reconhecendo enquanto uma liderança, uma pessoa que elas podem contar e confiar. Mas cargo, eu não tenho cargo. Eu sou do Fórum de Saúde, mas lá eu sou uma militante do Fórum de Saúde, eu sou da Aldeia Maracanã...a gente inclusive defende que não tem liderança, né? O movimento indígena não tem liderança. O próprio cacique e o próprio pajé eles não tem o poder de decidir nada, se decide junto com a aldeia. Aquela coisa do tucano que se criou nas aldeias mesmo o cara é cacique só é reconhecido como cacique quando ele sabe ouvir todo mundo. Ele só tá ali porque ele é uma pessoa reconhecida pela aldeia e geralmente um ancião, uma pessoa de muita vivência, de muito conhecimento pra estar ali naquele lugar, é um processo mesmo bastante horizontal e ele não vai mandar em nada, então a gente nem defende isso de liderança, de cargo... não, nós somos iguais. A gente precisa ter a maturidade coletiva de decidir tudo coletivamente, ainda que leve uma noite, uma semana, até porque o processo de autogestão, de autonomia, é isso. É um processo que a gente não vive no estado, mas nas aldeias não, a gente decide (...) (Militante 4)

A última militante entrevistada tem como particularidade interessante o fato de ter sido estimulada ao envolvimento político desde muito nova, dentro de uma instituição formal de ensino. Talvez, por essa razão, tenha conseguido aliar a prática militante com a evolução do processo de escolarização, tornando-se uma pessoa envolvida na luta política, mas com um grande nível de acumulação de capital cultural institucionalizado. A partir de sua história de vida, fica a reflexão sobre a importância do estímulo à participação política desde a juventude, propiciado nas instituições formais de ensino como meio de formar um cidadão crítico e participativo.

Outra reflexão importante está relacionada ao papel da universidade pública perante a sociedade. Reconhece que existe um movimento revolucionário, mas pequeno no espaço acadêmico. Não diferente da escola, as universidades estariam dando continuidade ao processo de reprodução social iniciado. Nas instituições particulares de ensino superior, intimamente ligadas ao processo de mercantilização da educação, é compreensível o tipo de formação que atenda à lógica do capital, mas as universidades públicas, financiadas com o dinheiro do povo devem constituir-se como um espaço de

resistência, produzindo conhecimentos e ações que tenham impacto social. É compreensível sua revolta como integrante de um movimento social e também da academia, talvez por reconhecer mais que os outros militantes – devido sua longa trajetória acadêmica - as potencialidades que não são aproveitadas.

Considerações finais

Este trabalho se inicia com a afirmação de que tem em sua essência o objetivo de contribuir na construção de conhecimentos que atuam como contraponto ao sistema capitalista. A discussão realizada sobre o campo ambiental tenta desvelar as mazelas que se perpetuam em decorrência do modo de produção vigente no que diz respeito às questões socioambientais. As histórias de vida também contribuem ao demonstrar na prática a opressão e, ao mesmo tempo, nos dão pistas de como a reprodução social pode ser burlada.

Não é possível chegar à conclusão deste trabalho sem exaltar o que foi esse intenso percurso da pesquisa. Para além do aprofundamento das questões teóricas que fazem parte do processo reflexivo/educativo do pesquisador, se aproximar dos militantes, conhecendo suas histórias de vida, dificuldades e lutas é, sem dúvidas, um elemento que possui caráter formador. Não há como passar por esse caminho sem sentir-se transformado, não apenas pela quantidade de informação à que se tem acesso, mas pela possibilidade de conhecer pessoas incríveis que não lhe tratam de uma forma extremamente humanizada, deixando em evidencia o tipo de *habitus* coletivo que a inserção política na luta contra-hegemônica tende a formar. As histórias se cruzaram, os exemplos foram dados, a vontade contribuir em suas lutas faz-se presente. Uma das intenções desse trabalho é, além de contribuir nas discussões sobre a Educação Ambiental Crítica, contar trajetórias que sirvam de inspiração e possam contagiar outras pessoas a participar de alguma forma em movimentos sociais.

Com a premissa de compreender os aspectos educativos da prática militante no movimento ambientalista, este trabalho, baseando-se na abordagem teórico-epistemológica chamada de *estruturalismo construtivista*, analisou a trajetória de vida de quatro militantes do campo ambientalista. O recorte metodológico foi feito a partir de indivíduos pertencentes ao movimento ambientalista do Estado do Rio de Janeiro que possuem pelo menos dez anos de participação no mesmo, tendo ascendido à condição de porta-voz e que,

apesar de alcançarem certa mobilidade/prestígio social, não se antagonizaram ao movimento.

Mesmo que as principais considerações deste trabalho apresentem-se no âmbito educacional, a concepção metodológica baseada na teoria de Bourdieu torna necessária uma visão que esteja para além de uma análise unilateral dos aspectos do capital cultural. É preciso compreendê-lo em sua dinâmica com os outros tipos de capital e, em decorrência dessa concepção, aqui também foram evidenciadas as informações trazidas no âmbito das relações sociais e econômicas.

Apesar dos pontos de convergência que emanam principalmente da postura contra-hegemônica dos entrevistados e da relação com a acumulação de capital cultural e social através da militância, ficam evidentes suas singularidades inerentes ao processo educativo no decorrer de sua trajetória de vida.

A primeira entrevistada, filha de uma família conservadora de classe média baixa, aproxima-se do movimento ambientalista no decorrer de sua graduação na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Seu engajamento ocorre, sobretudo, no campo da educação ambiental – que neste trabalho é tratado como intrínseco ao movimento ambientalista – no qual vai estabelecendo uma rede de contatos e conhecimentos que lhe propiciam uma posição de destaque dentro do campo. Sua entrevista deixa claro como a inserção no movimento provoca uma alteração profunda na formação de sua identidade. Ao solicitar que contasse sua história de vida, a fala recai quase que totalmente para o movimento do qual faz parte. Fala pouco de si, mas muito do movimento, deixando evidente que essa relação vai muito além de uma questão profissional ou apenas hobby. Essa primeira entrevista já manifesta o que se consolidaria nas outras três: a atuação na militância no movimento ambientalista promove uma alteração profunda no *habitus*.

O segundo entrevistado é entre todos o que estava menos inserido no processo de escolarização quando começa sua participação no movimento ambientalista, além de ser oriundo da classe popular. Diferente da primeira

entrevistada, é diretamente atingido por um problema ambiental no lugar onde reside. Sua escolha pela prática militante não é apenas uma opção, mas também uma necessidade. Há de se destacar a importância da aproximação de grupos de esquerda que lhe proporcionaram um capital cultural específico e importante para sua inserção e luta dentro do movimento ambientalista. Outro fator relevante trazido pelo entrevistado é pensar como a condição de porta-voz torna o processo de formação mais intenso, justamente pela necessidade de compreensão, tanto para dar explicações ao grupo que representa, quanto para buscar as melhores ferramentas para atuar no processo de luta. Como não poderia ser diferente, seu *habitus* modificado pela militância influenciou diretamente suas escolhas educacionais, por exemplo, optar por fazer a graduação em Geografia.

O terceiro entrevistado, filho de engenheiro, estudou em escola particular e aparentemente fez um processo inverso ao que é usual. Mesmo com um curso técnico e experiência profissional em sua área, optou por seguir a profissão de pescador. Essa transformação trouxe inicialmente como capital cultural os conhecimentos tradicionais construídos durante séculos pelos pescadores, extremamente valiosos para o exercício do ofício. Faz questão de deixar clara a importância desse tipo de conhecimento no sentido de valorizá-lo, inclusive, mediante o que é produzido na academia. No decorrer da entrevista fica evidente que agregou uma série de conhecimentos (jurídicos, por exemplo) que são fundamentais em sua luta no movimento ambientalista. Tem planos de realizar o ensino superior para especializar-se em direito ambiental, tornando clara a influência da militância em suas escolhas.

A quarta e última entrevistada participa de movimentos sociais desde a juventude, o que molda um *habitus* extremamente crítico. Diferente dos outros militantes que foram entrevistados nesse trabalho, possui um capital cultural institucionalizado elevado com sua titulação de doutorado. Diferente dos outros, suas críticas à academia são veementes, mas mesmo assim reconhece que há uma esquerda de resistência nesse espaço social. Demonstra que domina os conhecimentos referentes aos conflitos ambientais nos quais está inserida, com muita segurança para, baseado neles, exercer um discurso revolucionário contrário ao capitalismo. Por uma questão de identidade (família

com descendência indígena), sua aproximação com a cultura indígena deixa evidente um tipo de capital cultural diferenciado, inclusive na concepção de educação.

Apesar da singularidade das trajetórias de vida discutidas nesse trabalho, emergem alguns pontos em comum que corroboram o caráter educativo propiciado pela imersão no contexto do movimento ambientalista, principalmente nos entrevistados que lidam com os conflitos ambientais no dia a dia. Todos apresentam um conhecimento elaborado acerca do problema ambiental que vivenciam: seja na Baía da Guanabara, na Cidade dos Meninos ou na Aldeia Indígena. Existe uma série de conhecimentos específicos que estão atrelados ao local onde travam sua luta contra-hegemônica e outros comuns aos que se envolvem no movimento ambientalista. O grande diferencial desse processo de acumulação de capital cultural para o que ocorre no âmbito da educação formal, é, como afirma um dos entrevistados, que os conhecimentos necessários para a militância no movimento ambientalista interferem diretamente em suas vidas. É um conhecimento significativo, necessário e de fato utilizado. Difere dos conteúdos escolares que muitas vezes cumprem determinações da cultura hegemônica auxiliando no processo de reprodução social.

Essa forma de educar-se na luta e educar através da luta é, de fato, um momento em que a educação pode ser compreendida como uma práxis transformadora.

(...) educação é um momento da práxis social transformadora, não sendo possível revolucionar a sociedade apenas com uma nova educação coerente com a perspectiva “ambiental”, mas igualmente não sendo viável fazer isto sem a mesma. Revolucionar significa transformação integral de nosso ser e suas condições objetivas de existência; é a coincidência da modificação das circunstâncias com a alteração de si próprio, em nosso movimento de constituição como ser natural. (LOUREIRO, 2004, p.82)

Como destacamos ao longo do capítulo 3, a condição de *porta-voz* tem papel potencializador na acumulação de capitais. Esse processo não pode ser definido apenas como formativo, mas também deve ser evidenciado por seu viés de formação, pois a condição de *porta-voz* apresenta-se como um fator

que demanda um retorno ao o grupo que representa, constituindo um caráter formador. Pode-se dizer que a militância no campo ambientalista é uma prática inerente à educação ambiental crítica que se constitui como um momento de práxis social transformadora.

A relação que os militantes entrevistados assumem com a causa pela qual lutam é tão intensa que interfere no curso de suas vidas e tem como característica a formação de um *habitus* que orienta sua prática. Todos ao contar sua história dedicaram boa parte da entrevista falando sobre o grupo do qual fazem parte.

Ao final deste trabalho é possível afirmar, através da análise das trajetórias de vida dos indivíduos que participaram da pesquisa, que a prática militante no movimento ambientalista deve ser compreendida como um processo educativo que, diferente da educação formal, tem seus conteúdos eleitos, mesmo que de forma não intencional, a partir das necessidades que surgem a todo o momento, fazendo com que os indivíduos precisem se reinventar, em busca de ferramentas que os auxiliem em sua prática política.

Apesar das críticas à academia que surgem no decorrer deste trabalho, é necessário afirmar que ela, além de formar, também deve dar sentido à vida. Os militantes tiveram suas vidas afetadas em sua relação com ela, eu tive minha trajetória modificada, como deixo claro na introdução desse trabalho. É importante compreendê-la como um campo complexo onde diferentes atores sociais e correntes ideológicas buscam a hegemonia para legitimar seus rumos. Devemos estar atentos às generalizações.

Assim, este trabalho consistiu em um esforço para discutir alternativas à educação formal, trazendo histórias de vida que mostram o processo educativo através da inserção no movimento ambientalistas. A criação de uma educação formal que atenda de fato as demandas do povo é um caminho árduo, intimamente ligado à lógica do capital. Segundo Mészáros (2008),

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo,

procurar margens de *reformas sistêmica* na própria estrutura é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (p.27, grifo do autor)

A tarefa não é fácil, mas sem dúvidas ganha mais sentido e força quando pessoas de diferentes classes e espaços sociais se relacionam a partir dos mesmos interesses, evocando uma postura crítica e criativa que tenha como princípio atrelar a teoria à prática buscando sempre maneiras de reinventá-las de acordo com as necessidades que se façam presentes.

A educação ambiental em uma perspectiva crítica tem como característica seu viés político compreendendo as questões ambientais como sociais e históricas, além do importante papel de trazê-las à tona, explicitando os conflitos ambientais que existem dentro do campo. A partir disso, fica muito claro após este trabalho o potencial educativo que a prática militante tem para a educação ambiental crítica, não apenas no que diz respeito aos processos formativos e formadores, mas também pela sua possibilidade em atuar de forma a desvelar os conflitos ambientais existentes, tornando-os cada vez mais de conhecimento público.

É preciso compreender a educação ambiental e a militância como dois elementos que se complementam. Não há militância – na perspectiva que foi discutida nesse trabalho - sem um processo educativo. Por outro lado, a educação ambiental que não compreende o conflito como um instrumento pedagógico, está deixando de ser coerente com a postura crítica e a prática educativa revolucionária, perdendo as inúmeras possibilidades que escapam ao processo de educação formal. Reitera-se aqui a necessidade da educação ambiental apropriar-se dos espaços de luta no movimento ambientalista explorando sua potencialidade como instância formadora.

Assim, este trabalho destaca, através da análise de trajetória de vida de militantes ambientalistas do Estado do Rio de Janeiro, a importância dos processos não-formais de educação, através da luta política, como ferramenta para Educação Ambiental Crítica.

Referências

ACSELRAD, Henri.; MELLO, CCA; BEZERRA, GN. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

Acselrad, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça social**. Estudos Avançados 24 (68), 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142010000100010&script=sci_arttext. Acesso em 20 de julho de 2013.

Alexandre, Agripa F. **A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro: uma nova contribuição à crítica do movimento**. Ambiente e Educação, Rio Grande, 8: 73-94, 2003. Disponível em: www.seer.furg.br/ambeduc/article/download/899/357. Acesso em 15 de julho de 2013

Alexandre, Agripa F. **Práticas Ambientais no Brasil: Definições e trajetórias**. Florianópolis: Editora UFSC, 2012.

ALIER, Juan-Martinez. **O Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007

AULER, Décio.; BAZZO, Walter. **Reflexões para a implementação do movimento CTS no contexto educacional brasileiro**. Revista Ciência e Educação, v7, n1, p. 1-13, 2001.

BOLTANSKI, Luc. **Usos fracos e usos intensos do *habitus***. In: ENCREVE, P.; LAGRAVE Rose-Marie. **Trabalhar com Bourdieu**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2005

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

_____. Pierre. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: UNESP, 2004

_____. Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis - RJ: Vozes, 2007.

_____. Pierre. **O poder simbólico**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. Pierre. **O senso prático**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre (Org). **A miséria do mundo**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. ; Passeron, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2. ed. Pretópolis – RJ: Vozes, 2009.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2010

CARVALHO. Isabel C. M. **Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, 2004.

CASSAB, L. A.; RUSCHEINSKY, A. **Indivíduo e ambiente: A metodologia de pesquisa da História Oral**. Biblos, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004.

DIEGUES, ACS. **O mito moderno da natureza intocada**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DUARTE, Rosália. M. Entrevistas em pesquisas qualitativas. Educar em Revista, Curitiba, n.24, p. 213-225, jul/dez. 2004.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre, 2005. Disponível em: http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_org_anizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso em 10 Março de 2014.

GUIMARAES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica** In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. Identidades da educação ambiental brasileira. Brasília, 2004.

GONÇALVES, Nádia. ; GONÇALVES, Sandro. **Pierre Bourdieu: educação para além da reprodução**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAYARGUES, Philippe Pomier. **O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002, 179-220

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo F. da C. **Mapeando as macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. In: ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6. *Anais...* Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto, 2011

LIMA, Gustavo. F. C. **Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental**. In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, 2004.

LOUREIRO, C.F.B. **Educação Ambiental Transformadora** In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília, 2004.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. *Gestão em Ação*, Salvador, v.7, n.1, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cea/files/2011/12/FredericoLoureiro.pdf> Acesso em 10 de julho de 2013.

LOUREIRO, C.F.B; BARBOSA, G.L.A.; ZBOROWSKI, M. **Os vários “ecologismos dos pobres” e as relações de dominação no campo ambiental**. In: LOUREIRO, CBF; LAYRARGUES, PP; CASTRO, RS (orgs.). *Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico*. São Paulo, Cortez, 2009.

LOUREIRO, C.F.B; LAYRARGUES, P. **Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: Perspectivas de aliança contra-hegemônica na construção de uma alternativa societária**. In: MACHADO, C. ; SANTOS, C.; ARAUJO, C. ; PASSOS, W (orgs.) *Conflitos Ambientais e Urbanos: Debates, Lutas e Desafios*. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

McLAREN, Peter.; FARAHPUR, R. **Pedagogia revolucionária na globalização**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008

NOGUEIRA, M. ; NOGUEIRA, C. **Bourdieu e a Educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

ORTIZ, Renato. (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983

PACHECO, Tânia. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor.** Disponível em <http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/DesInjAmbRac.pdf> Acesso em: 10 Julho de 2013

RUSCHEINSKY, Aloísio. **Atores sociais e meio ambiente.** In: BRASIL. Ministério da Educação. Diretoria de Educação Ambiental. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília, 2004.

WACQUANT, Loic. **Esclarecer o habitus.** Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/255.pdf>> Data de acesso: 23 maio de 2011